



Fundação Casa de Rui Barbosa

Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos

Mestrado Profissional em Memória e Acervos

EDUARDO BENTO INÁCIO

O presídio da Ilha Grande: narrativas sobre fugas e medo

Rio de Janeiro

2019

Eduardo Bento Inácio

O presídio da Ilha Grande: narrativas sobre fugas e medo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, para obtenção de grau de Mestre em Memória e Acervos.

Área de Concentração: Patrimônio documental: Representação, Gerenciamento e Preservação dos Espaços de Memória.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Carvalho

Rio de Janeiro

2019

10 Eduardo Bento Inácio

O presídio da Ilha Grande: narrativas sobre fugas e medo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, para obtenção do grau de Mestre em Memória e Acervos.

Área de Concentração: Patrimônio documental: Representação, Gerenciamento e Preservação dos Espaços de Memória.

Aprovado em:

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Suely Rodrigues de Carvalho
PPGMA- FCRB

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Laura Aparecida do Carmo
PPGMA- FCRB

Prof^ª. Dr^ª. Cristiane Laidler
UERJ

Rio de Janeiro

2019

AGRADECIMENTOS

Durante esse longo trajeto – que não se encerra na apresentação de um trabalho escrito, os personagens são muitos e o reconhecimento idem. O emaranhado de ideias, caminhos e possibilidades nos colocam diante de inseguranças acrescidas por um cotidiano implacável com aqueles que não se curvam diante das adversidades.

Por essa razão é bastante complicado elencar aqueles que serão homenageados neste curto espaço protocolar, mas, ainda assim, repleto de significado pois traduz um pouco das agruras pelas quais passamos e um alívio momentâneo de dever cumprido.

Como de costume, agradecer a família é um dever salutar no percurso de todos aqueles que encontram refúgio nos lares repletos de pessoas que torcem por nós. No meu caso não foi diferente. Minha querida mãe, a você o meu muito obrigado por aturar um filho tão diferente de sua personalidade calma e gentil.

Aos meus amigos, que mesmo nada entendendo do meu projeto, me apoiaram em várias ocasiões incentivando-me em abandonar a escrita e fazer algo menos estressante. Pausas são necessárias e o cansaço mental resulta em indivíduos que passam a odiar o trabalho intelectual. Por alguns momentos, sobretudo nas idas e vindas de Angra dos Reis em direção ao Rio de Janeiro isso me pareceu real; passar seis horas conduzindo um veículo é um trabalho demasiadamente árduo, mas que recompensava diante da beleza e acolhimento dos espaços da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Aos diretores de minhas escolas por terem tido a paciência necessária em liberar minhas turmas mais cedo para que pudesse chegar ao mestrado sem atrasos, muitíssimo obrigado. Agradeço também aos meus alunos de Angra dos Reis. Tiveram paciência com um professor assoberbado de tarefas, por vezes estressado, mas sempre dedicado à sua escolha. Vocês aprendem na medida em que ensinam esse jovem senhor que aos poucos vai entendendo como funcionam as coisas nessa realidade que oprime e liberta na mesma medida

Às professoras que fizeram parte da Banca do Exame de Qualificação agradeço imensamente as correções e sugestões que foram de grande importância para revelar o caminho que deveria ser percorrido para conclusão deste trabalho.

A minha orientadora, por ter abraçado meu tema, distante da sua zona de conforto, pelas discussões, encontros e desencontros sem os quais dificilmente teríamos chegado a este resultado. Meus sinceros agradecimentos.

Aos professores, meu agradecimento pela dedicação e competência.

À secretaria do PPGMA, em especial a Camila, tão educada e solícita sempre. Vamos sentir falta desse sorriso carismático e competência acima da média.

Agradeço também aos meus alunos de Angra dos Reis. Tiveram paciência com um professor assoberbado de tarefas, por vezes estressado, mas sempre dedicado à sua escolha. Vocês aprendem na medida em que ensinam esse jovem senhor que aos poucos vai entendendo como funcionam as coisas nessa realidade que oprime e liberta na mesmíssima medida. Muito obrigado!

Aos meus colegas de turma, geniais, amáveis, dedicados! A vocês, todos os elogios possíveis. Fomos um grupo com momentos de muito aprendizado, sorrisos, interação, amizade sem os quais essa caminhada não teria valido a pena. Vocês são tão especiais que minha vontade seria continuar por longos anos na companhia de cada um.

RESUMO

INÁCIO, Eduardo Bento. *O presídio da Ilha Grande: narrativas sobre fugas e medo*. Rio de Janeiro. 2018. 76 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Memória e Acervos) – Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2019.

Este trabalho apresenta o resultado de um projeto de pesquisa sobre o presídio da Ilha Grande e os relatos dos moradores contemporâneos ao mesmo. Três ilhas foram visitadas com o intuito de entrevistar os moradores e registrar suas memórias através da metodologia da história oral. Essas escolhas se basearam nas rotas de fugas dos presos e as reações das pessoas a este fato. Os manuais de história oral de José Carlos Sebe Meihy e Verena Alberti foram utilizados como suporte teórico-conceitual da abordagem metodológica proposta.

Palavras-chave: Ilha Grande. Presídio. Moradores. História Oral.

ABSTRACT

INÁCIO, Eduardo Bento. *O presídio da Ilha Grande: narrativas sobre fugas e medo*. Rio de Janeiro. 2018. 79 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Memória e Acervos) – Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2019.

The paper presents the results of a research project on the prison of Ilha Grande and the reports of contemporary residents. The islands were visited with the purpose of interviewing the residents and registering their memories through oral history methodology. These choices are based on the escape routes of prisoners and how people react to this fact. The oral history manuals of José Carlos Sebe Meihy and Verena Alberti were used as theoretical-practical support of the proposed methodological approach.

Keywords: Big Island. Presidio. Residents. Oral History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1	Número de moradores entrevistados.....	20
FIGURA 1	Localização do Abraão, Dois Rios e Provetá.....	18
FIGURA 2	Acessos à Ilha Grande.....	19
FIGURA 3	Estação do Abraão.....	22
FIGURA 4	Unidade Básica de Saúde.....	23
FIGURA 5	Moradores em evento religioso na praça em Provetá.....	25
FIGURA 6	Igreja evangélica em Provetá.....	25
FIGURA 7	Confecção de redes em Provetá.....	26
FIGURA 8	Trilha de acesso a Dois Rios.....	27
FIGURA 9	Posto Policial no Abraão.....	28
FIGURA 10	Turistas na chegada ao Abraão.....	29
FIGURA 11	Ruínas da Antiga Colônia Penal.....	34
FIGURA 12	Colônia Correccional de Dois Rios.....	36
FIGURA 13	Implosão do Presídio da Ilha Grande.....	38
FIGURA 14	Visitação do Museu Cárcere.....	39
FIGURA 15	Inauguração do Museu do Cárcere.....	39

FIGURA 16	Entrevista com morador durante pesca.....	51
FIGURA 17	Imagem utilizada com os moradores.....	54
FIGURA 18	Imagem aérea de Provetá.....	55
FIGURA 19	Imagem aérea do Abraão.....	56
FIGURA 20	Imagem utilizada com o questionário.....	57
FIGURA 21	Imagem aérea de Dois Rios.....	58
FIGURA 22	Escola Municipal e Estadual em Provetá.....	64
FIGURA 23	Imagem apresentada com o questionário.....	65
FIGURA 24	Reportagem sobre a Ilha Grande.....	65
FIGURA 25	Praia ao final do trajeto a Dois Rios.....	67
FIGURA 26	CEADS.....	68

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Informação sobre os entrevistados.....	52
TABELA 2	Lembrança sobre o presídio.....	52

LISTA DE SIGLAS

TURISANGRA	Fundação de Turismo de Angra dos Reis
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
UBS	Unidade Básica de Saúde
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
CEADs	Centro de Estudos Ambientais e da Diversidade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 A ILHA GRANDE.....	18
2.1 Aspectos sociais e de serviços.....	21
2.2 Topografia, clima e ocupação da Ilha Grande.....	27
2.3 Trajetória econômica.....	30
2.4 Um lazareto e dois presídios.....	32
2.5 O Museu do Cárcere.....	37
3 METODOLOGIA DA PESQUISA: FERRAMENTAS DA HISTÓRIA ORAL.....	41
3.1 O empréstimo do depoimento.....	47
3.2 Seguindo o roteiro.....	48
3.3 Transcrição e processamento.....	50
4 RELATOS DE ORALIDADE: PRIMEIROS RESULTADOS.....	53
4.1 O uso dos jornais nas entrevistas: um estímulo à memória.....	53
4.2 A vila do Abraão e os moradores saudosos do presídio.....	59
4.3 Provetá e a religiosidade: narrativas completares.....	63
4.4 Entre a distância e a história: Dois Rios.....	66



5 CONCLUSÃO.....	70
6 REFERÊNCIAS.....	73
ANEXO A TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARE- CIDO.....	75
ANEXO B QUESTÕES FEITAS AOS ENTREVISTADOS DA VILA DO ABRAÃO.....	76

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a relação que existiu entre a Colônia Correcional de Dois Rios, conhecido como Presídio da Ilha Grande, localizado na Ilha Grande, na cidade de Angra dos Reis- RJ e os moradores das vilas do Abraão, Dois Rios e Provetá, com enfoque nas memórias relativas às fugas.

A Colônia Correcional de Dois Rios foi instalada na Ilha Grande em 1894, funcionou até 1896, e depois foi reativada em 1903. Nos anos 1980 ficou notabilizada com episódios de fugas recorrentes e muitas vezes cinematográficos, como foi o caso da fuga do traficante de drogas conhecido como Escadinha em 1985. Em 1994, a estrutura prisional foi desativada, sendo parte implodida. Atualmente, neste mesmo espaço funciona o Museu do Cárcere, ligado à Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a UERJ.

A história da Ilha Grande, hoje importante destino turístico do Estado do Rio de Janeiro, foi marcada, desde o final do século XIX, como um lugar de manutenção de pessoas que ameaçavam a vida urbana, seja por doenças infecto contagiosas, seja por comportamentos sociais inadequados, crimes ou divergências com o regime político vigente.

A memória do Presídio da Ilha Grande, após 25 anos da sua demolição, ainda não está completamente identificada e conseqüentemente preservada, e muitas nuances desta memória podem revelar aspectos da história do lugar permeados pelas narrativas sobre fugas e medo.

A metodologia empregada neste trabalho foi a realização de entrevistas com moradores destas áreas, com o intuito de resgatar as memórias da relação da população com o presídio, avaliando de que modo foram construídas as narrativas sobre as fugas e o medo. Originalmente a história do Presídio foi o objeto principal da pesquisa, entretanto, em função da disponibilidade das fontes documentais sobre o tema, o desenvolvimento do trabalho apontou para a necessidade de ampliar a investigação junto às pessoas que, direta ou indiretamente, tiveram contato com a estrutura prisional e por meio da metodologia da história oral, foi possível identificar a partir das narrativas sobre as fugas e do medo advindo destas, a trajetória do presídio na Ilha Grande. Foi possível verificar ainda que em alguns aspectos, a trajetória do presídio da Ilha Grande capturada nos depoimentos, revelam também especificidades do sistema prisional brasileiro, complementando assim as informações disponíveis deste passado ainda muito recente. Escolhemos para esta

investigação a população das vilas do Abraão, Dois Rios e Provetá, com o objetivo de mapear os principais locais em que os presos geralmente tinham acesso ao fugir do presídio.

Antes do presídio da Ilha Grande ficar notabilizado por receber presos ilustres durante o século XX, houve um outro presídio, a Colônia Penal Cândido Mendes, distante cinco quilômetros de Dois Rios. As ruínas que hoje podem ser vistas no Abraão já mantiveram em seus muros vários tipos de presos, incluindo pessoas contrárias ao regime político brasileiro – em especial ao Estado Novo.

Hoje quem visita o Abraão, avista ruínas de um espaço que também foi utilizado como leprosário, instalado na Ilha Grande para fazer parte da estrutura sanitária brasileira. Sendo assim, a escolha pelo presídio localizado em Dois Rios se valeu pelo período em que este se manteve em funcionamento e ao acesso aos dados e contato com as pessoas e potencial investigativo.

O trabalho se estrutura em três capítulos. O primeiro capítulo foi dedicado à caracterização da Ilha Grande, através de seus elementos topográficos, as formas de ocupação, trajetória econômica, passando pela construção dos presídios até os dias de hoje, com o Museu do Cárcere, com o objetivo de construir um cenário para favorecer o entendimento da importância da preservação das memórias construídas por meio da relação entre os moradores, as fugas do Presídio nos anos 1980 a 1994, e o medo em residir num local que ficou conhecido como sinônimo de pavor e insegurança.

Buscou-se, inicialmente, esclarecer as razões que levaram a escolha da Ilha Grande para a instalação de um presídio de segurança máxima. Sendo assim, o período de formação social da Ilha Grande desde os seus primeiros habitantes, até a demolição do presídio em 1994, foi dividido por marcos cronológicos por razões metodológicas, pois qualquer demarcação temporal está sujeita a imprecisões, pois rupturas e continuidades se entrelaçam impedindo uma análise demasiadamente rígida. Deste modo, os aspectos referentes aos séculos XVI e XVII, que nos remetem ao descobrimento e à escravidão africana, foram abordados com o objetivo de realçar a existência de uma história anterior ao período aqui analisado.

Neste primeiro capítulo foram apresentados os aspectos relevantes da Ilha Grande através levantamentos de dados que compreende os séculos XVI ao XX, destacando também os serviços públicos que atendem atualmente aos moradores das vilas pesquisadas. No segundo capítulo foram descritos os procedimentos metodológicos adotados bem como a bibliografia de referência. Os manuais de história oral, de José Carlos Sebe

Meihy e Verena Alberti foram as principais referências para construção da metodologia adotada nas entrevistas, bem como nas análises posteriores. Por último, no terceiro capítulo, são apresentados os relatos, através da compilação dos dados obtidos nas entrevistas, que revelam novos prismas, onde os sujeitos, através de suas experiências constroem outras memórias sobre a fuga e o medo, e a trajetória da Colônia Correcional Dois Rios na Ilha Grande que contribuem para novas interpretações daquele episódio.

Foi realizado um levantamento bibliográfico para abranger temas relacionados ao cárcere e seu aspecto punitivista. Neste sentido, cumpre ressaltar a importância da leitura da obra de Michel Foucault, o já clássico *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Esta obra foi de grande importância para aproximação com tema do cárcere, embora trate os suplícios e a superação dos mesmos nos estados modernos através de descrições minuciosas das práticas até então utilizadas para corrigir, e assim esteja distante do objeto da presente pesquisa, visto que no estado brasileiro, a intenção foi a ressocialização do detento e, em outro momento, a prisão dos detratores do regime no período Vargas.

A obra do filósofo francês representa um marco nos apontamentos em que o estado transformara em espetáculo a morte com o claro intuito de exortar e, em menor grau, entreter os indivíduos que se refestelavam diante de corpos esquartejados em praça pública durante o século XVIII. A abordagem elenca os locais que a estrutura estatal se faz presente através de rígido controle. Nesse caso, não apenas as prisões, mas também os hospitais e escolas.

Não me pareceu adequado, ainda que muitos aspectos pudessem ser aproveitados, que o presídio da Ilha Grande fosse assim concebido. Mesmo que as mortes, sequestros e tortura fossem frequentes, não havia, ao menos não oficialmente, a participação do estado e seu aparato legal em prol daquilo que, porventura, ali ocorresse. Tanto que as queixas dos presos e inúmeras denúncias da sociedade civil foram veiculadas pela imprensa e apuradas em outras ocasiões. Logo, ao contrário do que havia até os séculos XVIII e meados do XIX, o estado não corroborou oficialmente em ações que expunham o preso a penas não previstas em nosso ordenamento jurídico.

A obra de autoria de Myriam Sepúlveda dos Santos, intitulada *Os porões da república*, foi de grande valia nesse projeto, possibilitando um entendimento enriquecedor dos aspectos mais essenciais da Ilha Grande, apontando, que o presídio fora utilizado para diversas finalidades no decorrer de sua história.

Os apontamentos que desnudam o ambiente hostil e, em grau equivalente, as belezas de uma paisagem cortada pelo medo e apreensão devido às histórias que rondavam

o lugar marcaram o imaginário daqueles que para lá eram enviados. As representações construídas a partir de nossos medos e anseios resultam na criação de símbolos que – ocasionalmente – podem não corresponder à realidade ou a uma memória erigida coletivamente: nem tudo que se disse do presídio foi real, embora tais aspectos ofereçam elementos para análise representativa do ambiente da Ilha Grande.

O uso dos conceitos presentes, respectivamente, nas obras de Le Goff *História e Memória* e Maurice Halbwachs, *A Memória Coletiva*, acerca das especificidades que a memória adquire de acordo com os momentos históricos e sua inserção numa perspectiva coletiva, contribuíram para a utilização correta dos conceitos empregados neste trabalho, que convergem para a noção de que a memória é uma construção moldada pela coletividade e se traduz por meio das experiências dos indivíduos. De acordo com Maurice Halbwachs, “fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma.”¹

¹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*, 2 ed., 1968, Paris França, tradução: Laurent Léon Schaffter, p 27.

2 A ILHA GRANDE

Ainda que este trabalho trate mais especificamente das vilas do Abraão, Provetá e Dois Rios por serem as localidades por onde se desenvolviam as rotas de fugas dos presos da Colônia Correccional de Dois Rios (Figura 1), entendemos necessário destacar aquilo que atualmente caracteriza a Ilha Grande de modo a entender como se deram as mudanças nos planos sociais, de serviços, limpeza, segurança e alguns outros após a desativação do presídio e, assim, a alteração da dinâmica de interação com o lugar onde habitam os sujeitos que constroem as narrativas no presente.

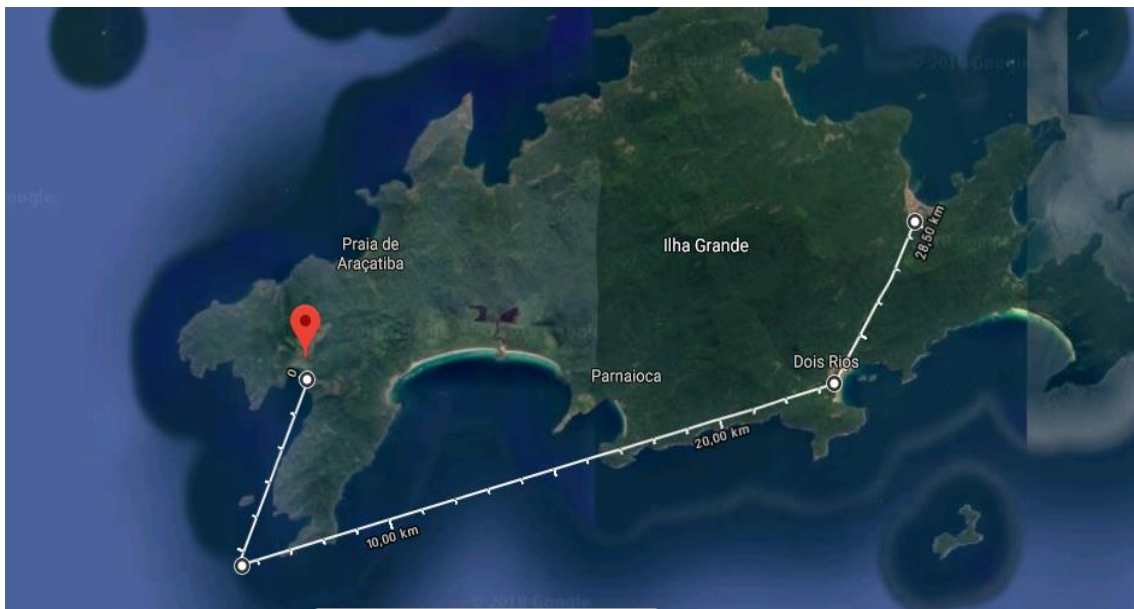


Figura 1 - Ilha Grande: localização de Abraão, Dois Rios e Provetá e rota de fuga

Fonte: Google Earth

A Ilha Grande recebe anualmente milhares de turistas. Os dados de 2014, disponibilizados pela TURISANGRA (Fundação de Turismo de Angra dos Reis) contabilizaram quase 20 mil atendimentos ao turista na vila do Abraão – destino do desembarque de quase 80% da demanda que chega ao local por via marítima.

O transporte para a ilha é feito pela companhia *CCR Barcas S/A* em intervalos regulares. As embarcações partem das cidades de Mangaratiba e Angra dos Reis em direção à Vila do Abraão, que é um distrito administrativo da Ilha Grande. Interessante observar que o transporte de Mangaratiba para a Ilha Grande acontece em períodos de 1 hora, enquanto o traslado de Angra dos Reis até o Abraão só é possível ser feito uma vez

ao dia (Figura 2). Ou seja, aqueles que não se dispuserem a aguardar o escasso horário, deverão se aventurar no transporte marítimo chamado “taxi boat”, cujos valores são até quatro vezes maiores ao realizado pelas barcas.

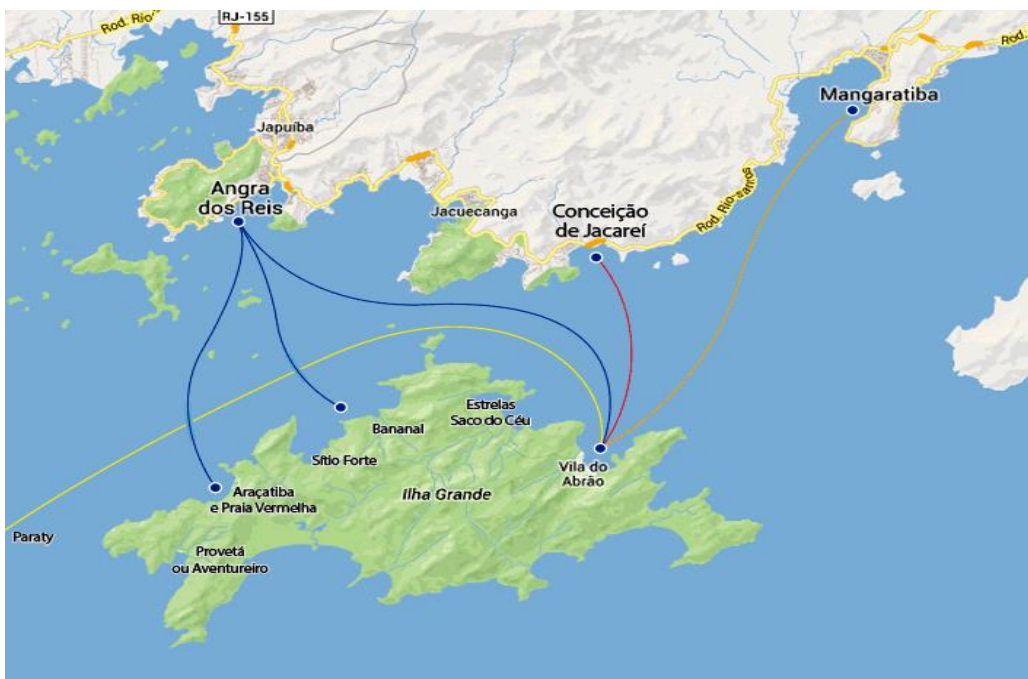


Figura 2 – Acessos à Ilha Grande

Fonte: Google Earth

Muito embora o tratamento e conclusões a partir das entrevistas serão apresentados no capítulo IV, tornar-se-á importante qualificar os depoentes que foram entrevistados na vila do Abraão e as questões feitas a eles para esclarecer os aspectos ligados aos serviços públicos: saúde, coleta de lixo e transporte.

Tão logo, foram 14 entrevistas realizadas na vila do Abraão e deste total: 2 enfermeiros da Unidade Básica de Saúde foram ouvidos, 1 encarregado pela limpeza urbana, 3 catadores (garis), 1 encarregado pelo controle das barcas, 2 policiais e 5 moradores. Sendo que as questões foram orientadas a partir de um roteiro previamente elaborado que esclarecesse a dinâmica atual do lugar. Onde está este roteiro

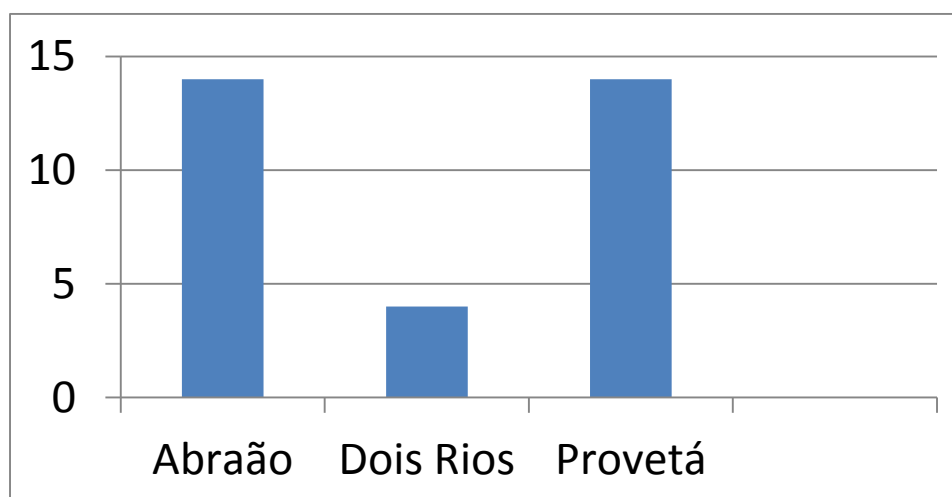
Em Dois Rios foram realizadas 4 entrevistas. Todas com moradores da localidade; enquanto em Provetá o número foi o mesmo do Abraão: 14 no total. Sendo 8 moradores, 2 catadores, 2 pastores e 2 professores. Com exceção de 4 moradores, todos os demais entrevistados exercem funções na localidade.

Nas vilas não são permitidos carros particulares; apenas carros oficiais possuem autorização para trafegar nesses espaços. Além da polícia, bombeiros e ambulâncias, um ônibus da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) é utilizado para fazer o transporte dos profissionais da universidade do Abraão ao Centro de Estudos Ambientais, localizado em Dois Rios.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do ano de 2010, ao todo, a Ilha Grande possuía um total de 7 mil habitantes, sendo que a maior parte da população se localiza no Abraão (média de 2 mil habitantes). A principal atividade desenvolvida na região é diretamente ligada ao turismo. Tanto que uma infinidade de pousadas com inúmeros estilos – e preços – são encontradas no local.

Ao todo, foram realizadas 32 entrevistas nos três locais, separadas conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 1 – entrevistas realizadas com moradores nas três vilas



O fato é que a vocação ao turismo nacional e internacional na Ilha Grande só foi possível graças à desativação da Colônia Correcional de Dois Rios em 1994. Inclusive inúmeras discussões foram travadas para definir a melhor maneira de ocupar o lugar deixado pelo presídio. Não me refiro, obviamente, ao espaço propriamente dito, mas as potencialidades do local, cuja exuberância já atraía olhares curiosos por parte da iniciativa privada e do poder público muito antes de o presídio ser desativado.

Devido à quantidade de pousadas, a acumulação de lixo é uma questão importante para a Ilha e as maiores dificuldades enfrentadas em decorrência da demanda deve-se a

“falta de veículos para levar o lixo”, além da falta de um programa de conscientização da população em relação ao tratamento do lixo.

A coleta de lixo é de responsabilidade da empresa *Vital*, que emprega uma média de 25 trabalhadores que são deslocados às vilas como Provetá, Dois Rios e Aventureiro, todas na Ilha Grande. A coleta é levada para um polo de concentração no Abraão e depois encaminhada para o continente e, enfim, descartada no aterro sanitário do Ariró, na cidade de Angra dos Reis.

Ao entrevistar o encarregado por organizar os coletores de lixo nas inúmeras vilas da Ilha Grande, o funcionário explicou que a coleta “é geral, semana diária, pelo trator e dois caminhões, daí é transferido para o barco e transferido pra Angra [...] de 7 h da manhã às 18h30min da tarde, diário, sem parar”. Resumindo: há coleta todos os dias e eles efetuam um trabalho que ultrapassa a carga horária estipulada pela legislação (8 horas diárias).

A internet e telefonia fixa são disponibilizadas pela empresa *Oi*, inclusive com ampla cobertura para os moradores que assinam o serviço. Em relação à telefonia móvel, todas as grandes operadoras funcionam no Abraão: Vivo, Claro, Oi e Tim. Nos casos das operadoras *Vivo* e *Claro*, há cobertura 4G na localidade.

O sinal de telefonia disponibilizado em Provetá é exíguo. Apenas em alguns trechos mais elevados é possível receber e fazer ligações. A *internet* móvel também tem pouquíssima ou nenhuma cobertura. Os moradores utilizam *wi-fi* em suas casas para conexão à rede.

2.1 Aspectos sociais e serviços

Os habitantes da Ilha Grande possuem dinâmicas sociais bastantes diferenciadas, sendo por isso importante destacar as informações sobre as três vilas para pontuar que, ainda que pertençam a um espaço comum, os moradores possuem características bem variadas, que refletem os vários períodos e processos de ocupação de Ilha.

Os serviços públicos destinados a atender às populações das Vilas do Abraão, Provetá e Dois Rios são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis (PMAR).

No caso da localidade do Abraão, os espaços têm sido ocupados frequentemente pela construção de suítes, casas para aluguel e pousadas. Em um passado recente, a população vivia da pesca e da plantação da mandioca, batata-doce, abóbora, café, milho, banana e cana-de-açúcar (BASTOS & CALADO, 2009).

Ao chegar ao Abraão, a vista sempre surpreende. As belas praias, a mata atlântica e uma quantidade considerável de turistas de vários lugares do mundo, fazem parecer um paraíso tropical. Ao contrário de Provetá e Dois Rios, cujo transporte é escasso, o acesso ao Abraão pode ser feito por vários locais como Paraty, Mangaratiba e Angra dos Reis. Além disso, há quantidade considerável de restaurantes, pousadas, *hostel*, *camping* e casas para aluguel por temporada (Figura 3).



Figura 3 – Estação do Abraão

Fonte: Ilha Grande. Org

A Vila do Abraão é equipada com um posto de saúde, com uma ambulância para deslocamento nas imediações, um destacamento de polícia (são 6 policiais por plantão) e um quartel do Corpo de Bombeiros. O INEA (Instituto Estadual do Ambiente), com sede na cidade de Angra dos Reis, atende às cidades de Paraty e Mangaratiba e as demandas específicas da Ilha Grande através de um centro de controle no Abraão, que se baseia no monitoramento, apreensões e advertências de atividades realizadas no território da Ilha Grande.

Sobre os serviços de saúde disponibilizados no Abraão, o responsável pela UBS (Unidade Básica de Saúde), enfermeiro por formação, através de entrevista realizada informou que “os atendimentos em épocas de feriado costumam aumentar bastante, mas

tudo dentro da normalidade, sendo sazonal e datas festivas, como carnaval, semana santa ou feriados prolongados²". Sobre o grande número de turistas que chegam até a Ilha Grande, sobretudo no Abraão (Figura 9), o número de argentinos tem despertado a atenção da equipe médica, pois, segundo ele, estes são os que mais procuram o serviço de atendimento de saúde. (Figura 4)



Figura 4: UBS em Abraão

Arquivo pessoal

Ao ser perguntado sobre os problemas decorrentes da demanda criada pelo turismo na UBS, o enfermeiro destacou que “não chega a atrapalhar o atendimento do morador, mas gera custos e gastos e a grande aglomeração de pessoas aumenta a produção de esgoto e proliferação de doenças”. O atendimento no local funciona através de escalas e os profissionais mais requisitados são médicos – clínica médica e técnicos de enfermagem.

Há também na unidade clínica odontológica, mas “a demanda é pequena”, destaca o enfermeiro. Devido às especificidades do local (chuvas e lama), o número de fraturas é considerável. Isso porque as pessoas praticam o turismo de exploração, através de trilhas

² A entrevista ocorreu na própria UBS e foi gravada. O entrevistado solicitou que os dados que julgou sigilosos, tais como quantidade de atendimentos, idade dos pacientes e residência dos médicos não fosse divulgados.

e caminhadas e, em alguns casos, a ambulância da UBS precisa ser acionada para a remoção do paciente.

Ao final da entrevista o responsável pela unidade de saúde fez uma análise do panorama da saúde do município de Angra dos Reis a qual, a meu ver, interfere diretamente na disponibilidade de recursos e profissionais destinados à Ilha Grande. Acerca da questão, foi dito que:

O município segue a lógica do país e aqui acredito que a saúde ainda não esteja tão ruim. É claro que tem muitos problemas, desafios e quando a gente atinge um patamar (inaudível), aqui a gente tem um equipamento mínimo, de suporte básico para remoção do paciente mais grave. Até a remoção do paciente mais grave, no geral, a gente não foge do contexto nacional, a gente não está tão ruim quanto o contexto nacional, mas podemos melhorar bastante. *(entrevista cedida em 29 de jan. de 2018).*

Um problema observado se refere ao aumento do número de moradores e o intenso fluxo advindo do turismo. Resultando em dilemas como a poluição dos rios e consequente poluição do mar.

A vila de Provetá materializa uma característica bastante peculiar da vida dos seus moradores, conhecidos como “evangélicos” e suas narrativas sempre remontam à década de 1930 quando a igreja Assembleia de Deus foi construída no local que se tornou o coração da comunidade. O local é também conhecido como “vila evangélica”. A comunidade se organiza em torno de uma igreja evangélica pentecostal de grandes proporções (Figura 6); na qual as festividades, comemorações e vínculos sociais perpassam pelas fileiras da igreja.

Curiosamente, todos os entrevistados, residentes da localidade, se declararam evangélicos. À noite, a praça em frente à igreja fica lotada (Figura 5) de crianças brincando e se divertindo num lugar distante da violência costumeira dos moradores da cidade de Angra dos Reis³.

³ Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP), de janeiro a maio de 2018, houve um aumento de 42% do número de mortos se comparado ao mesmo período do ano anterior. Foram 61 mortes contra 43 de 2017. A principal causa foram os intensos conflitos armados entre a polícia e bandidos e também entre os próprios bandidos pelo controle do tráfico de drogas em vários bairros da cidade, como Parque Belém, Areal, Sapinhatuba I e II, Camorim e Frade.



Figura 5– moradores de Provetá em evento religioso na praça da localidade

Fonte: Arquivo pessoal

Vale destacar que uma das tradições de Provetá é a confecção de redes de pesca por pescadores da comunidade (Figura 7). Entretanto, os mais jovens não querem proximidade com essa prática. Tanto é assim, que todos os trabalhadores que confeccionavam as redes tinham idade acima dos sessenta anos. Estes trabalham em média oito horas diárias numa tarefa delicada e minuciosa. Aparentemente, este saber não está sendo transmitido aos mais jovens, por falta de uma ação para valorizar a cultura do lugar.



Figura 6 – Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Provetá

Arquivo pessoal

Em Dois Rios existem moradores que ainda possuem vínculos com o presídio. Não apenas por ter sido o espaço do cárcere, mas também pelas moradias que foram construídas para abrigar os agentes que ali trabalhavam e os presos em regime semiaberto. Além desses, há os professores UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), pesquisadores e turistas – em menor quantidade que o Abraão, sobretudo pela dificuldade de acesso.

O acesso a Dois Rios, ao Museu e às ruínas antigo presídio é feito através de caminhada (Figura 8). Existe um ônibus da UERJ, que só pode ser utilizado mediante autorização, que pode envolver vários trâmites burocráticos, e privilegia pesquisas cadastradas pelo CEADs (Centro de Estudo Ambientais e Desenvolvimento Sustentável) O referido meio de transporte, apesar de subutilizado na maior parte das vezes, não pode ser computado como um elemento que favoreça o acesso à localidade.



Figura 7 – Confecção de redes em Provetá
Arquivo pessoal

A vila Dois Rios tem seus ganhos em função do turismo de aventura e da pesca. Os moradores das casas que pertencem ao Governo do Estado do Rio de Janeiro possuem, normalmente, algum parentesco com os antigos funcionários lotados no presídio. Para instalação dos antigos funcionários, casas foram construídas para acomodá-los em Dois Rios. A maioria foi instruída a responder à indagação alegando serem filhos, netos ou

esposas dos antigos agentes, pois o aluguel, a venda e a troca das casas são vedados por lei.

As escolas pertencem às redes municipal (I e II segmento do ensino fundamental e Educação Infantil) e estadual (Ensino Médio). Os trabalhadores, em sua maioria, são oriundos de Mangaratiba e de Angra dos Reis. É relevante salientar que a demanda por trabalhadores nas inúmeras pousadas da região permanece elevada durante todo o ano e principalmente na alta temporada (meses mais quentes do ano) e a empregabilidade fluante conta, inclusive, com argentinos, bolivianos e, em menor grau, peruanos.



Figura 8 – Trilha de acesso a Dois Rios

Fonte: <<https://www.google.com.br/search?q=trilha+de+acesso+a+dois+rios&source>> acesso em 17 de fev. de 2019.

Na nossa avaliação, a Ilha Grande dispõe atualmente de razoável estrutura nos campos de saúde, segurança (Figura 9), educação, transporte, saneamento, etc., entretanto, não podemos nos abster de mencionar que esse espaço já foi palco de uma história que remonta o longínquo século XVII, através da implantação de um núcleo de povoamento ainda no século XVI.

2.2 Topografia, clima e ocupação

As rochas que formaram a Ilha Grande remontam um período de mais de 600 milhões de anos.

A maior parte do relevo da Ilha Grande de seu território situa-se abaixo dos 500 metros de altitude. As elevações superiores a 500m concentram-se na porção centro-leste da Ilha, onde atinge altitudes superiores de 900 m. Nesta área localizam-se seus pontos culminantes. (BASTOS & CALLADO, 2009, p. 33).

Quanto ao clima e suas variações, temos a seguinte informação:

A Ilha Grande apresenta clima tropical, com temperatura média variando entre 20 e 26 °C. Por estar numa latitude tropical, durante o verão, há um número maior de horas de exposição ao sol, elevando a temperatura até 39 C em determinados períodos do dia. Durante o inverno, os efeitos de massas polares mais intensas, da maritimidade e da extensa cobertura vegetal são fatores que podem reduzir drasticamente a temperatura, especialmente durante a noite, quando se registram temperaturas em torno de 15 C. (BASTOS E CALLADO, 2009, p. 20).

Durante o verão, as chuvas são frequentes e intensas, resultando em alagamentos em alguns pontos das Vilas do Abraão e Provetá. Enquanto o mês de julho apresenta a menor quantidade de precipitação, em torno de 80 mm:

Durante as chuvas mais fortes, algumas trilhas se tornam caminho preferencial para o intenso fluxo de água. Isso ocorre, pois as trilhas geralmente apresentam perfil côncavo e solo compactado pelo pisoteio. Essa situação tem levado a formação de sulcos e ravinas em vários trechos das ilhas existentes. Além de intensificar a erosão nas trilhas, o traçado de algumas dessas trilhas corta linhas de drenagem, potencializando os efeitos de enxurrado e do processo erosivo nos momentos de chuva forte. (BASTOS E CALLADO, 2009, p. 20)

As chuvas representam um fenômeno bastante conhecido na Ilha Grande: devido “a fatores como maritimidade, intensa insolação e grande altimetria do relevo, que funciona como barreira geográfica.”⁴ Enquanto no inverno a temperatura tende a se manter estável com dias quentes e ensolarados, mesmo que a noite a temperatura caia bastante.

O território da Ilha Grande compartilha um passado com claras referências à dinâmica da história nacional, pois assim que ocorreu o descobrimento, o empenho da Coroa Portuguesa em encontrar metais preciosos estabeleceu a Ilha Grande como destino das investidas nas terras recém-descobertas.

⁴ BASTOS E CALLADO. *O ambiente da Ilha Grande*. UERJ/CEADS. 2009. p 20.



Figura 9 – Posto policial

Arquivo pessoal



Figura 10 – Turistas na chegada ao Abraão

Arquivo pessoal

Assim como podemos observar, havia enorme interesse da Coroa Portuguesa em constatar a existência de metais preciosos nas terras recém-encontradas. Na ausência desses, o pau-brasil acabou aplacando o intento pelo ouro. E também proteger o litoral das invasões estrangeiras. Assim sendo, Bastos e Callado, na obra *O ambiente da Ilha Grande*, afirmam que ainda no século XVI foi estabelecido o primeiro núcleo de povoamento na Ilha Grande pretendendo, sobretudo, “povoar a costa brasileira visando não só o retorno econômico, mas, também, a garantia do litoral frente às investidas estrangeiras”. (BASTOS E CALLADO, 2009, p 323). Todavia, é importante ressaltar que mesmo na

escassez de pau-brasil na Ilha Grande, outras madeiras foram exploradas. Das espécies que abundavam nessa região de mata atlântica, destacam-se: ypê, bicuíba, louro, jequitibá, maçaranduba, cedro, jacarandá e bracui.

A ideia inicial de instalar núcleos de povoamento se mostrou insuficiente, pois ainda havia presença estrangeira em território português.

A preocupação de se povoar a Ilha Grande apoia-se tanto na questão da defesa das terras através da ocupação, como na questão econômica, já que Portugal, como afirmado anteriormente, buscava novas fontes de riquezas e havia decidido implantar uma economia agroexportadora baseada na produção de açúcar no Brasil. Os documentos apontam que a região da baía da Ilha Grande prosperou com o cultivo da cana e a produção de açúcar e aguardente. (BASTOS E CALLADO, 2009, p 326).

O período em que a Ilha Grande foi de fato ocupada remonta o intervalo em que o Lazareto foi construído: entre 1884-1886. Por ter sido construído no Abraão, o local passou a ser um centro de desenvolvimento da Ilha Grande, sobretudo devido ao intenso fluxo de embarcações. Envolvendo nessa empreitada centenas de trabalhadores e grande expectativa do governo com a obra que, segundo Myriam Sepúlveda dos Santos, ficou conhecida como um avanço na engenharia brasileira. A construção do Lazareto será objeto do item específico, a seguir.

2.3 Trajetória Econômica

Segundo Hebe Mattos e Martha Abreu, na obra *O negro no Brasil*, a diáspora africana vitimou milhões de africanos que, forçosamente, foram enviados a diversos continentes. Para as autoras, 40% desse contingente, num total de 11 milhões, chegaram a solo brasileiro. Esse capítulo da história da humanidade e brasileira teve reflexos na Ilha Grande, onde foram instalados engenhos para produção de açúcar utilizando mão de obra escrava, conforme análise de Bastos e Callado:

A economia da Ilha Grande no Século XVII estava fundamentada na pesca, na lavoura de subsistência, na extração de madeira e no incentivado cultivo de cana de açúcar, que fez surgir na Ilha Grande os primeiros engenhos para a produção de açúcar e as engenhocas destinadas a produção de aguardente.

A produção de açúcar em larga escala, voltada para o comércio exterior, encontrou em Ilha Grande, com um primeiro entrave, a própria geografia da Ilha que era contraditória ao modelo de produção a que esteve submetida o cultivo de cana de açúcar no Brasil. O sistema, conhecido

como *plantation*, se caracterizava pelas grandes propriedades, pela monocultura voltada ao mercado externo e pelo trabalho escravo. Dentro da lógica desse sistema de produção, a Ilha Grande não contava com grandes extensões de terras contínuas e propícias a agricultura de grande porte.

Ainda assim, o cultivo de cana-de-açúcar e a produção de aguardente prosperaram. O incremento da cultura de cana-de-açúcar na região teria proeminência até meados do século XIX. (BASTOS E CALLADO, 2009, p 331).

Após o século XVII o preço do açúcar no Brasil caiu vertiginosamente. O fato desencadeador foi o rompimento do tratado entre Portugal e Espanha com a Holanda que, após ser expulsa de território brasileiro, efetivou o cultivo de cana no Caribe, fazendo o preço do produto despencar.

De qualquer maneira, o tráfico de escravos em direção ao Brasil e à Ilha Grande se manteve estável até o século XIX. (BASTOS E CALLADO, 2009). Ainda que historiadores como Caio Padro Júnior, no seu livro *História econômica do Brasil*, questionem os ciclos econômicos, apontando continuidades e rupturas nos períodos em que o Brasil buscava os lucros em determinadas atividades, tais como o açúcar, ouro e café. Para esta pesquisa importa marcar através destes ciclos a trajetória econômica da Ilha Grande, bem como evidenciar como foi sendo construída a história do lugar.

A decadência da economia açucareira no Brasil levou a Coroa Portuguesa a buscar outros meios de obter lucros, incentivando, a partir da segunda metade do século XVII, as expedições em busca de metais preciosos.

O encontro das primeiras jazidas de ouro em Minas Gerais indicava mudanças para o século que se iniciava. O século XVIII foi marcado por uma grande movimentação de pessoas rumo à região das minas [...] A região da baía da Ilha Grande já era conhecida por abrigar navios de diversas nacionalidades, por servir como área de abastecimento e pelas relações amistosas com estrangeiros. Assim, para evitar problemas com as autoridades colônias, ou para fugir de seus olhos, os navegantes estrangeiros procuravam a baía da Ilha Grande para suas aguadas [parada de abastecimento de água potável] e troca de mercadorias. (BASTOS E CALLADO, 2009, p. 334).

O período colonial foi marcado por inúmeras passagens na Ilha Grande. O local foi amplamente utilizado para as mais diversas finalidades, entre elas, “viagens de estudo, navios negreiros e piratas e corsários em busca de riquezas destinadas a Portugal”. (BASTOS E CALLADO, 2009).

Após a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, temos, concomitantemente, a expansão da cultura do café; assim, a Ilha Grande passa a ser rota de produção e a cidade de Angra dos Reis escoadora do grão. Observamos nesse período não a completa substituição do açúcar, em outrora tão imponente e hegemônico, que começa a ceder lugar para o café – que manteria o destaque enquanto produto de exportação por longo período. Ainda com Bastos e Callado, em *O ambiente da Ilha Grande*, destaca-se que “Em meados do século XIX, o município de Angra dos Reis, pela sua lavoura e comércio, foi considerado um dos mais importantes do Brasil”.

Percebemos a intensa movimentação do espaço da Ilha Grande na direção daquilo que a Coroa Portuguesa julgava significativo à colônia e, conseqüentemente, a ela própria. Constata-se através de vários autores⁵ a ressonância existente nos períodos em que a cana, o ouro e o café refletiram suas respectivas opulências no decurso da implantação e manutenção dos engenhos, as rotas do ouro e plantio das lavouras de café em Angra dos Reis, mas especificamente na Ilha Grande – que desde o século XVI experimentou as investidas dos portugueses e seus desafetos por, na escassez do pau-brasil, ter em abundância madeiras nobres e, assim, cobiçadas por seus conquistadores.

Também as estruturas oligárquicas foram representadas na Ilha Grande da mesma maneira que nas demais áreas produtoras de café do país. Isto é, poucas pessoas detinham a posse de vastas áreas para o cultivo do café. Em relação a este tema, Joaquim de Souza Breves se destacou enquanto o primeiro indivíduo a receber o título de rei do café. Numa breve pesquisa sobre o sobrenome dessa família, é possível identificar os inúmeros feitos da família Breves.

As fazendas da família Breves cortavam o litoral sul e chegavam até o Sul do estado de Minas Gerais. Para fins comparativos, a extensão das terras do intitulado rei do café, hoje, são os municípios de Mangaratiba, São João Marcos⁶, Engenheiro Paulo de Frontin, Barra do Piraí, Pinheiral, Mendes, Vassouras, Valença e Rio das Flores.

Em paralelo ao desenvolvimento da cultura do café e aos grandes lucros obtidos, aumentou a necessidade de mão de obra. Todavia, a pressão inglesa pela abolição do

⁵ Para mais detalhes: FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. Edusp: 2015. LINHARES, Maria Yedda (org). *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. Companhia das Letras: 2017.

⁶ A cidade de São João Marcos foi um município sul fluminense que pertenceu à microrregião do Vale do Paraíba. Foi despovoada para a construção da represa de Ribeirão das Lages na década de 1940.

comércio de escravos resultou em passos importantes em direção à abolição definitiva e posterior substituição da mão-de-obra africana por imigrantes europeus e asiáticos.

Temos um momento bastante emblemático na história nacional a partir da primeira metade do século XIX. Se por um lado a Independência do Brasil em 1822 representou a ruptura com o domínio português, por outro, resultou na dependência do domínio inglês que, em troca de apoio, impôs, a partir de 1830, a proibição do tráfico internacional.

2.4 Um lazareto e dois presídios

A distância do continente (média de 16 km) e a localização privilegiada – cortada pela mata densa, fez com que uma medida de caráter higienista fosse levada adiante ainda no Império. Trata-se da construção de um Lazareto na Ilha Grande em 1884 (Figura 10). O objetivo da empreitada, que durou dois anos, seria abrigar indivíduos infectados pela bactéria que causa a hanseníase, popularmente conhecida como lepra – além de um local para quarentena de embarcações vindas de outros países. A construção afastada possibilitou o controle e vigilância contínua dos internos (SANTOS, 2009). Navios que vinham de vários lugares da Europa precisavam passar pelo entreposto para o controle sanitário, pois a preocupação com surtos de cólera forçou diversos países a adotar tais medidas. A obra foi de tamanha envergadura que ainda hoje é possível ver as ruínas daquilo que ficou conhecido como Leprosário (Figura 11).

Na construção do lazareto houve um grande cuidado para que os passageiros dos navios de primeira, segunda e terceira classes não se misturassem. Algumas das construções da antiga Fazenda do Holandês [espaço comprado para construção do lazareto] foram aproveitadas. Os prédios eram distantes uns dos outros, pois os engenheiros procuravam oferecer condições de arejamento e de vigilância, pois se pressupunha que os quarentenários poderiam ser internados contra sua vontade. (Plácido Barbosa & Rezende, 1909, Araújo 1982. In. *O ambiente da Ilha Grande*, CEADS, 2009, p 340).

Após a Proclamação da República (1889), os governantes mantiveram o Lazareto em pleno funcionamento. As funções das instalações se mantiveram inalteradas até 1893, quando, através do decreto número 1.558⁷, Floriano Peixoto alterou o funcionamento dos

⁷ O decreto de Peixoto regula os serviços sanitários dos portos na República. Trata-se de uma lei que disciplina a entrada de embarcações no país e as instâncias federais responsáveis pela fiscalização. Em seu artigo

mesmos. A jovem República deveria ter dois deles: um fixo e outro móvel. Ou seja, o da ilha era do tipo fixo. Com uma estrutura que facilitava o controle dos que lá estavam, foi usado como presídio em alguns momentos de agitações mais intensas no país.

No período em que Peixoto assumiu a presidência (1891-1894), nos momentos de maior agitação, como na Revolta Federalista (1893) e Revolta da Armada (1893), os separatistas capturados pelas forças policiais foram enviados para as estruturas do Lazareto – que fora improvisado como presídio da Ilha Grande e posteriormente nomeado Colônia Penal Cândido Mendes.



Figura 11 – Ruínas do Lazareto, posterior Colônia Pena

Fonte: Ilha Grande.org

Em 1894, o segundo presídio da Ilha Grande foi inaugurado, denominado de Colônia Correccional de Dois Rios, localizado na Vila de Dois Rios, inicialmente como suporte do Lazareto.

A primeira colônia correccional instalada na Ilha Grande foi a de Dois Rios, em 1894, com o objetivo de recolher homens, mulheres e crianças, ou seja, indivíduos de qualquer idade, que fossem presos e processados como vadios, vagabundos e capoeiras. A Colônia Correccional de

26 explicita aspectos de saúde pública como a apresentação de uma carta de saúde às embarcações que porventura adentrassem ao Brasil.

Dois Rios (CCDR) ocupou as edificações da antiga Fazenda Dois Rios e suas ruínas podem ser observadas até os dias atuais. A casa grande, as senzalas e demais construções foram aproveitadas para o funcionamento da colônia, que foi constituída de dormitórios para correccionais, alojamento policial, almoxarifado, oficinas, moradia de feitores de turma, secretaria, padaria, açougue, refeitórios, cozinha, xadrez, banheiro, bem como, residências para ajudante de diretor, médico, escrivão e almoxarife. (BASTOS &CALLADO, 2009, p 349).

Apesar da intensa mobilização de recursos para construção da Colônia Correccional de Dois Rios, “em julho de 1893, foi autorizada [...] que o governo dispusesse de até 87. 000:000\$000 para a boa execução das demandas realizadas” (BASTOS &CALLADO, 2009, p 349) esta funcionou durante breve período (1894-1896). As dificuldades financeiras forçaram seu fechamento e a partir de 1896 o antigo Lazareto assumiu a função prisional. Em 1942 cujas as edificações do antigo Lazareto passaram por enormes reformas, transformando-se na Colônia Penal Cândido Mendes. Até então, não havia condições de abrigar expressiva quantidade de presos dado o espaço e condições do local.

As vagas no antigo Lazareto eram insuficientes para encarceramento de um grupo específico de indivíduos por meio de um projeto de governo que pretendeu passar uma mensagem clara: o distanciamento da imagem insalubre que vigorava na cidade e, por conseguinte, das próprias pessoas

No governo de Rodrigues Alves (1902-1906), Oswaldo Cruz assumiu a DGSP (Diretoria Geral de Saúde Pública). Esse período foi marcado pelas campanhas de erradicação de doenças que ameaçavam a saúde dos moradores da cidade do Rio de Janeiro, entre elas, febre amarela, varíola e peste bubônica. Por mais distante que possa parecer, saúde pública e cárcere passaram a ocupar as pautas da época, pois as pessoas que eram enquadradas como “vadios” e “doentes” eram enviados para o mesmo lugar: a Ilha Grande.

A Ilha Grande passa a receber em sua maioria mendigos e negros. Segundo Myriam Sepúlveda dos Santos (2012), já no Império se acenava para a prisão de toda a sorte de vadios, inclusive um decreto Imperial de 1830 contém artigos que tratavam especificamente da vadiagem.

O projeto de reestruturação da cidade do Rio de Janeiro empreendido por Pereira Passos (1902-1906) concretizou a ideologia presente já nos primeiros anos da República em urbanizar a capital e, desta forma, afastar a imagem insalubre presente na época. Londres, mas principalmente Paris, foram utilizadas como espelho para o Rio de Janeiro do século XX.

Em consonância com o projeto de urbanização de Passos, em 1903 a Colônia Correcional de Dois Rios voltou a operar. Era evidente que o objetivo era manter longe das ruas toda a sorte de pessoas que se enquadravam naquele grupo que pertenciam às classes perigosas (SANTOS, 2009). Por essa razão, foi restabelecida a Colônia Correcional de Dois Rios, que “foi o lugar de suplício de indivíduos que se colocaram contra os regimes políticos vigentes. Os presos políticos, em épocas de crise, foram reiteradamente enviados para a Ilha Grande.” (BASTOS& CALLADO, 2009, p 351).



Figura 12 – Colônia Correcional de Dois Rios – presídio da Ilha Grande

Fonte: Johnson Gouvea

Estando relacionado ao período em que as autoridades sanitárias impõem ações que, em certa medida, invadiram a privacidade das pessoas. A vacinação obrigatória foi uma dessas medidas; resultando na conhecida Revolta da Vacina, ocorrida em 1904. Ainda que este período tenha representado um avanço em termos de saúde pública, com a real intenção de eliminar moléstias que assolavam a vida do povo, as medidas implantadas não respeitaram o princípio básico de moradia, pois os agentes sanitários tinham autorização de invadir as casas e vacinar à revelia os moradores. A reação foi imediata já que a moradia era vista como último refúgio em que delimitava a privacidade e intimidade dos indivíduos. O resultado foi desastroso e a campanha suspensa.

Entre 1930 e 1945, a Colônia Correccional de Dois Rios foi utilizada como prisão política do governo de Getúlio Vargas (Figura 12). Nessa ocasião, tanto a Colônia Correccional de Dois Rios quanto a Colônia Penal Cândido Mendes (vila do Abraão) estavam em funcionamento. O escritor Graciliano Ramos foi enviado para a primeira.

O tratamento dado aos presos era dos mais cruéis. Em abril de 1934, uma matéria publicada no jornal O Globo, assinada por Walter Prestes, denuncia torturas e arbitrariedades. Os presos fugitivos eram castigados com chicotadas de cipó-camarão, que eram assim chamados porque as varas de marmelo tornavam-se flexíveis e vermelhas ao serem levadas à chama. Homens carregando vigas e autoridades sendo transportadas em liteiras pelos presos também apareciam na primeira página do jornal. As cartas dos presos nesse período também mostram que as mortes eram comuns, resultantes da má alimentação, maus tratos e doenças epidêmicas como béri-béri. (BASTOS E CALLADO, 2009, p. 354)

O complexo Penal, antigo Lazareto, foi implodido em 1962, durante o mandato do governador Carlos Lacerda. Ainda hoje os escombros podem ser vistos por quem visita a Vila do Abraão. Os presos do antigo Lazareto foram transferidos para Dois Rios e outros presídios do estado, que foi implodido em 1994 (Figura 13), por ordem do então governador Leonel Brizola.

Durante o período de debates sobre a desativação do Presídio, algumas sugestões ganharam notoriedade. Aquela que à época parecia sobressair-se às demais tratava da construção de um complexo hoteleiro. Todavia, questões ambientais impediram a efetivação da ideia de claro apelo turístico; tendo o espaço sido transferido para a responsabilidade da UERJ, através da implantação do CEADs (Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável da Ilha Grande) e posteriormente o Museu do Cárcere.

2.5 O Museu do Cárcere

Em novembro de 2012, foi inaugurado o Museu do Cárcere na Ilha Grande, na vila de Dois Rios. As antigas instalações do presídio que fora implodido em 1994 deram lugar à exposição que evidencia o resgate e preservação da memória das unidades prisionais, que nas palavras do professor Gelson Rozentino Gomes: “tem como principal objetivo apresentar os registros da história e memória do Sistema Penitenciário do Rio de

Janeiro, em especial da Ilha Grande, elementos fundamentais para a compreensão do sistema prisional brasileiro⁸”.

Somado ao CEADs, o museu representa importante ferramenta de valorização e conhecimento do passado da Ilha Grande, pois o espaço é utilizado por pesquisadores, estudantes, população em geral e turistas para acesso à produção do sistema carcerário do país.

Inúmeros itens que fizeram parte da rotina dos presos estão em exibição no Museu do Cárcere, resultando na interação entre a história do espaço e a comunidade de Dois Rios. Os turistas que se aventuram por duas horas de caminhada, conforme já foi dito, são recepcionados por um misto de exuberância da paisagem e a estrutura de uma prisão do século XX – em que os uniformes, mobiliário e até a cozinha para confecção dos pães remontam a esse momento.



Figura 13 –Implosão da Colônia Correcional de Dois Rios

Fonte: *Jornal O Globo* – acervo.

⁸ <http://museucarcereuerj.blogspot.com/2012/12/museu-do-carcere-ecomuseu-ilha-grande.html>> acesso em: 21 de out de 2018.



Figura 14 – Público em visitação ao Museu do Cárcere

Fonte: Blog do Museu do Cárcere



Figura 15 – Inauguração do Museu do Cárcere

Fonte: Blog do Museu do Cárcere

A visitação ao Museu do Cárcere propicia entender como se organizou o sistema carcerário brasileiro durante inúmeros períodos de nossa história contemporânea. O espaço é dividido em ambientes que retratam não apenas os 100 anos em que funcionaram na Ilha Grande os presídios já mencionados neste trabalho (1894-1994). Trata-se da representação de como o Estado brasileiro concebeu as prisões que, mesmo com o passar

de tantas décadas, reflete nos dias atuais a questionável maneira com que o preso é tratado e, em última análise, reinserido no convívio social.

A exposição de inúmeros itens que hoje pertencem ao acervo do museu, nas palavras do professor Gelson Rozentino Gomes, garantem que:

O visitante preparado terá a possibilidade de realizar uma leitura crítica e questionadora sobre a instituição visitada, pois o museu não apresenta apenas os objetos, mas o trabalho das inter-relações dos homens com seu meio esse com o fato cultural, num espaço tempo histórico determinado, sendo assim um agente de ação cultural e educativa. Não se trata de uma simples ação de apresentação de objetos em uma exposição, mas sim, desenvolver o material trabalhado como fonte de informação. A cultura material não é apenas um objeto dentro de um cenário, e sim um artefato dentro da interação social, produzindo conhecimento. (<<http://museucarcereuerj.blogspot.com/>> acesso em 17 de fev. de 2019).

A fala do professor Rozentino corrobora ao entendimento que o sistema carcerário brasileiro continua fortemente marcado por um contexto em que os indivíduos – a partir de uma dinâmica que exclui a própria humanidade do sujeito, é ignorado pela sociedade, pois o preso se torna responsável por sua sobrevivência e, não raro, responsabilizado por ter sua vida ceifada pelo caos e abandono ao qual são submetidos.

Através do contato com os moradores da Ilha Grande, foi possível identificar que não se percebia que o preso derivava das mesmas origens sociais e biológicas que os moradores. Eram vistos como coisas a serem evitadas a qualquer custo. Ignorava-se a possibilidade de reabilitação daqueles que estavam no presídio. No geral, o preso que fugia se assemelhava ao pesadelo presente no imaginário dos moradores e turistas da Ilha Grande.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA: FERRAMENTAS DA HISTÓRIA ORAL

Neste capítulo apresentamos as principais referências que nortearam a construção da metodologia da presente pesquisa, cujo objetivo é contribuir para construção da memória relativa a Colônia Correccional Dois Rios, por meio de relatos das experiências dos moradores da Ilha Grande, em especial das vilas Dois Rios, Abraão e Provetá, que, conforme explicitado anteriormente, eram os locais por onde passavam os fugitivos do presídio (Figura 1).

O trabalho com memória é o direcionamento seguro para garantirmos o acesso ao que aconteceu de modo que:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças aos quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 1990 p. 423)

Assim é que identificamos como procedimento adequado a realização de entrevistas e apresentamos as ferramentas da história oral que embasaram a sua realização.

Partindo do princípio de que as narrativas podem ser analisadas de diversas maneiras, o trabalho com a história oral adequa-se aos objetivos dessa pesquisa, pois além da documentação disponível, permitirá resgatar, dentro de certos limites as experiências de pessoas que mantêm em suas memórias diferentes perspectivas acerca da relação com o presídio.

As rotas de fuga geralmente passavam pelas vilas mencionadas, mas, em contato preliminar com alguns moradores da vila do Abraão, estes destacaram a segurança que tinham quando o presídio ainda estava funcionamento, por conta do expressivo quantitativo de policiais nos locais próximos ao cárcere. Esta relação não fica tão clara ao conversarmos com residentes de Dois Rios e Provetá, praças com aspectos bastante distintos. Esta pesquisa aponta, portanto, para a possibilidade de entendermos como essas populações percebiam o presídio e suas respectivas ressalvas acerca de toda a estrutura que envolvia sua manutenção.

Desde a década de 1970, a história oral passou a ser utilizada por diversas áreas do conhecimento, como fonte para obtenção de informações e análises acerca do passado.

Neste sentido, houve um enorme esforço em resgatar experiência e concepções de indivíduos a fim de inseri-los numa perspectiva maior; trazendo à tona a experiência daqueles que nem sempre participavam dos processos de construção do conhecimento.

Não sendo exclusividade da história, a história oral é largamente utilizada em áreas como Pedagogia, Letras, Serviço Social e tantos outros campos do saber. Trata-se de uma área iminentemente interdisciplinar, pois elementos de diversas áreas compõem o escopo da metodologia (ALBERTI, 2013). Nenhuma disciplina pode, portanto, exigir exclusividade no seu uso. Dependendo da inclinação do trabalho, a utilização dessa metodologia pode ser igualmente útil, pois tem um caráter multidisciplinar.

Em sua formulação sobre o conceito de história oral, José Carlos Sebe B. Meihy, diz: “História oral é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e que continua com a definição de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. Não se deve confundir história oral com entrevistas simples, isoladas, únicas e não gravadas”. (MEIHY, 1994, p. 13).

Ainda segundo o mesmo autor, em seu *Guia Prático de história oral*, essa abordagem possibilita três possibilidades de utilização: *história oral instrumental*, *história oral plena* e *história oral híbrida*.

A diferenciação dos aspectos metodológicos supracitados se baseia, resumidamente, em abordagens mais amplas no caso da história oral híbrida e mais restrita na história oral instrumental. A segunda (história oral plena) se relaciona ao tratamento e análise das entrevistas.

Utilizamos para a construção da metodologia desta pesquisa O Guia Prático da História Oral de Meihy, e o Manual de História Oral de Verena Alberti. Este segundo manual representa a tradição da Fundação Getúlio Vargas e o primeiro traz a contribuição da Universidade de São Paulo ao aperfeiçoamento metodológico da história oral.

Logo de pretender uma discussão acerca do uso de fontes orais como método, técnica ou teoria, a ideia é estabelecer uma relação entre o pesquisador e aqueles que foram sujeitos de uma história que com o passar do tempo se perde rapidamente. A utilização da história oral enquanto metodologia remete à reconstrução de períodos em que os participantes permitem o acesso às suas memórias, a sua história

O *site* do CEPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) define história oral como: “uma metodologia de pesquisa que consiste

em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea⁹". Corroborando a esse conceito, Verena Alberti, diz:

A história oral é um método de pesquisa [...] que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam. (ALBERTI, 2013, p.24).

Uma pesquisa que utilize a história oral como metodologia não pode cometer o equívoco de pretender a busca da verdade, pois, assim como nos adverte José Carlos S. Meihy, "é prática nova, resultada da interação entre narradores e estudiosos atentos à responsabilidade de documentar."¹⁰. A ideia é, portanto, a busca da narrativa, da experiência das pessoas que vivenciaram situações que ajudarão o pesquisador a elucidar o objeto em questão. Os personagens são dotados de voz que, por vezes, lhes fora negada. Portanto, a "história oral é campo aberto à produção de conhecimento sobre diferenças... com os excluídos por motivos plurais... é um dos mais importantes exercícios presentes em projetos com entrevistas" (MEIHY, 2011, p.28).

Ainda que o uso da história oral tenha passado por uma série de inovações, existem problemas neste tipo de abordagem que, sobretudo, se referem ao uso que o pesquisador faz deste método. Existe o risco de formatar as perguntas e consequentemente as respostas de acordo com nossas convicções. Entretanto, "a história oral é legítima como fonte por que não induz a mais erros do que outras fontes documentais e históricas" (ALBERTI, 2013, p.20).

Tão logo, não se deve, na intenção desta pesquisa, confundir a metodologia como um fim de si mesma. Entrevistar as pessoas que hoje residem nos locais em que o presídio da Ilha Grande esteve é um meio de esclarecimento que exige planejamento e organização para alcançarmos o intuito de analisar aquilo que é dito diante de um contexto específico: a década de 1980 e meados da década de 1990. Vale ainda esclarecer que, caso sejam

⁹ <<https://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>> acesso em 12 de set de 2018.

¹⁰ *Cadernos CERU*, Centro de estudos rurais e urbanos, n°: 5- série 2- 1994.

concebidas como um fim, as entrevistas estariam relacionadas à criação de bancos de dados que, posteriormente, poderiam ser utilizadas como material de pesquisa aos interessados.

A escolha metodológica, em que entrevistados e entrevistadores mantêm um contato visando à rememoração, transforma esse evento num evento social, “em que a gravação [representa] uma espécie de ritual característico, ato de respeito ao que foi vivido. Mesmo pessoas experientes no falar em público, ao ser entrevistadas, param, transformam seus atos e assim valorizam o momento como ‘especial’ ou ‘único’”. (MEIHY, 2011, p. 22).

As pessoas das três vilas (Abraão, Provetá e Dois Rios) se comportaram como participantes de eventos especiais em que cada uma tem a exclusividade das narrativas. Ao relacionar as experiências, percebemos como se entrelaçam e, em certa medida, divergem, mostrando que entrevistar “não é um ato banal” (MEIHY, 2011).

Logo, as entrevistas que são tomadas como dados para compreender o passado precisam passar por um filtro crítico para evitar direcionar as respostas e, assim, o posicionamento do sujeito. As vivências daqueles que presenciaram o período em questão precisam falar por si só, sem o intuito de ratificar ou retificar nossas aspirações. Consequentemente, surge a seguinte indagação: afinal, o que caracteriza o *documento* na história oral?

Evidentemente a resposta a este questionamento requer cautela, pois, comumente, costuma-se atribuir valor documental às entrevistas. Para Meihy, as entrevistas passam a ter valor documental quando são passadas do “oral para o escrito, legitimado, como produto desejável da história oral” (MEIHY, 2011, p.21). Ou seja, as entrevistas, segundo o autor, é uma etapa para subsequente continuidade do trabalho. Até porque estamos inseridos em um contexto onde a linguagem escrita possibilita a análise da produção em história oral.

Podemos concluir que as entrevistas possibilitam nosso entendimento acerca do processo que resultou nessa pesquisa. Consequentemente, há o protagonismo dos entrevistados, pois:

O entrevistado “doa”, livremente, sua experiência em troca de registros de cunho amplo. Assim, nos trabalhos de história oral, temos: co-la-bor-a-ção, como junção de fatores que comungam. Trata-se, pois de pensar processos de trabalho que nascem compartilhados, comprometendo os velhos princípios de alteridade em propostas com entrevistas. O que se preza como válida é a postura profissional, que, no entanto, não quer

dizer “neutra” ou “distante”. Assim, alguém pode entrevistar um assassino sem aderir às suas razões ou motivos [...] democraticamente, deve-se ouvir os lados envolvidos de processos que os juntam. (MEIHY, 2011, p.23).

Um residente de longa data na vila do Abraão, responsável por levar e trazer presos ao continente na época em que o presídio estava em pleno funcionamento, afirma que estes fugiam com bastante frequência do presídio. Como a saída era o mar, improvisavam meios para tentar a travessia até as ilhas próximas. Sua lancha já resgatou vários presos que tentavam escapar dessa forma. Ainda segundo o tarefeiro, assim que um preso escapava várias lanchas eram postas ao mar para localizar o fugitivo. Inclusive nas praias guardas ficavam de vigilância a fim de evitar possíveis aproximações.

Durante a entrevista com o tarefeiro, chamou-me a atenção alguns lapsos de memória. Devido à idade avançada, muitos episódios narrados careciam de mais especificidades. Entretanto:

Assim, não é fator mais negativo o fato de o depoente poder “distorcer” a realidade, ter “falhas” de memória ou “errar” em seu relato; o que importa agora é incluir tais ocorrências em uma reflexão mais ampla, perguntando-se por que razão o entrevistado concebe o passado de uma forma e não de outra e por que razão e em que medida sua concepção difere (ou não) das de outros depoentes (ALBERTI, 2013, p.26).

A linha de análise dessa pesquisa parte de um pressuposto em que havia risco real corroborado pelo imaginário acerca do cárcere. Duas visões predominantes eram possíveis: a primeira e mais evidente seria a confirmação dos perigos e a outra, a indiferença quando aquilo não representava riscos àquelas populações. Desta maneira “a valorização dos grupos que têm ‘outras visões’ dos problemas estabelecidos é meta de quem faz história oral”. (MEIHY, 2011, p 32).

Ainda que num primeiro momento o registro das entrevistas não tenha se orientado através de uma rigidez metodológica, considerando aquilo que Meihy chama de “mero registro de informações orais, livre de compromisso metodológico.” (MEIHY, 1994, p 25). O retorno aos locais da pesquisa pretendeu adequar o estudo ao refino necessário à metodologia proposta.

Ao retornar ao Abraão, Dois Rios e Provetá, entrevistei os moradores mais antigos desses lugares, totalizando 34 entrevistas, conforme tabela exposta no capítulo anterior dessa pesquisa. Encontrar essas figuras proeminentes é uma tarefa relativamente simples

devido às inúmeras histórias contadas por esses personagens que se tornam parte da vida cotidiana nas localidades em que residem.

Sempre que possível, dividi os moradores por gênero e mediante autorização prévia, gravei as entrevistas daqueles que mais dispuseram de informações do período aqui relatado.¹¹ Esse foi o percurso mais conveniente para abranger um intervalo que, apesar de parecer curto, possui inúmeras rupturas e nuances a serem analisadas. Nesse sentido, a atividade de pesquisa por meio da História oral resultou num enorme avanço, pois:

Trabalhar um depoimento enquanto processo de documentação implica superar o pressuposto da entrevista fortuita. A série grande de cuidados metodológicos que se impõem exige que haja qualificação técnica para tratar do assunto. História oral é pois mais do que uma conversa mediada pelo gravador. História oral deriva de um método complexo e arrola particularidades que vão desde a organização de um projeto até o compromisso de publicação do texto devolvido à comunidade imediata que o gerou e a seu contexto mais amplo. (MEIHY, 1994, p.55).

Ainda no íterim de uma perspectiva metodológica— neste caso entrevistas— que se diferenciem daquelas feitas por jornalistas, Meihy faz uma longa distinção dos ramos da história oral; a primeira pormenorização alude à história oral de vida. A segunda à história oral temática e a terceira, à tradição oral. Cada uma dessas abordagens possui especificidades que sugerem uma adequação ao projeto a ser desenvolvido. No trabalho exposto, a dúvida inicial era acerca de qual abordagem melhor se adequava aos objetivos propostos, afinal, a história oral de vida “remete ao registro da experiência pessoal”, sendo um procedimento conhecido por “entrevistas livres”.

O segundo ramo me pareceu atender aos anseios desta pesquisa, uma vez que se caracteriza por ser um “tema específico” e “aborda questões externas, objetivas, factuais, temáticas enfim, contrasta com a História oral de vida que cuida mais livremente de impressões e subjetividades”. (MEIHY, 1994, p.94). Por fim, mas não menos complexa, a tradição oral propõe-se a perceber “o indivíduo enquanto um veículo de transmissão de mitos e tradições antigas que na maioria das vezes transcende o depoente.” (Ibid. p.57).

Pormenorizando a estratégia metodológica, Meihy diz:

[...] cada gênero de história oral tem um tipo de condução ou procedimento. A consciência disso é fundamental para o trabalho com as en-

¹¹ Conforme dito anteriormente, o período cronológico desta pesquisa compreenderá uma média de 10 a 14 anos; ou seja, de 1980-1994.

trevistas. O primeiro cuidado, portanto, é delimitar o grupo de colaboradores definindo abrangência numérica, espaço geográfico do desenvolvimento do projeto e o momento temporal da pesquisa. Os critérios de formulação do *corpus documental* são essenciais e o enquadramento do gênero de história oral com os grupos entrevistados exige coerência e determina a forma de continuidade da pesquisa. (MEIHY, 2011, p 34).

O desenvolvimento da história oral como metodologia que se destaca, erigindo-se enquanto campo do saber capaz de construir elementos que excedem o mero “complemento argumentativo” (idem, p 35). Tão logo, o presídio e a memória dos moradores, a partir dessa escolha, visavam “serem valorizadas como solução operacional [que] centra atenção desde o estabelecimento do projeto nas formas específicas da elaboração das versões” (id, p 36).

3.1 O “empréstimo” do depoimento

Estamos demasiadamente acostumados a assistir e ler entrevistas variadas. Trata-se de uma ferramenta largamente utilizada no campo jornalístico e, mais recentemente, em diferentes áreas do saber. Especificamente a história oral se diferencia pela maneira como se conduz as entrevistas e também a conduta do entrevistador.

Algumas questões que à primeira vista parecem elementares foram enfatizadas por Verena Alberti, no *Manual de história oral*, fazendo jus à relevância que a Fundação Getúlio Vargas possui nesse segmento. Em princípio, convém ressaltar:

Durante a gravação da entrevista, é preciso destinar o máximo de atenção ao entrevistado, não só pela importância do ele diz, mas também porque essa clara demonstração de interesse concorre para que se sinta estimulado a falar. Assim, deve-se procurar desviar o menos possível os olhos para o gravador ou para as anotações de apoio e estar constantemente olhando para o entrevistado, certificando de que acompanhamos o que diz. (ALBERTI, 2013, p 206).

Em inúmeras ocasiões as entrevistas são longas, rompendo com facilidade o intervalo dos minutos, horas e até dias. Um projeto que utiliza essa metodologia requer planejamento na execução das ações de modo que tenha a clareza que: “uma entrevista com história oral constitui um relato e uma reflexão sobre o passado levado a efeito ao longo de uma conversa” (idem, p 206).

Durante uma entrevista alguns aspectos importantes necessitam de abordagem mais pragmática. Em uma conversa despreziosa, que ocorre aos montes durante um

único dia, não tomamos – nem deveríamos – nota e muito menos gravamos para a posteridade, já os diálogos com os colaboradores precisam de fluência e leveza e mesmo que o gravador e anotações destoem do ritmo cotidiano, Alberti orienta que essas técnicas precisam ocorrer, pois o entrevistado atribui relevância naquilo que está produzindo. Há um acordo entre as partes no “empréstimo” da narrativa.

Pode-se dizer que numa situação de entrevista reúne os hábitos da conversa, por um lado, e da aula, por outro. Da conversa, em virtude do que já dissemos acima [aspectos referentes à informalidade] ; da aula, porque dela fazem parte tipos de registros e fixação, como a gravação e anotações. (idem p. 207).

Os aspectos relacionados ao encaminhamento das entrevistas requerem confiança mútua entre os envolvidos na condução da tomada do depoimento. Garantindo-se, assim, a fluência necessária ao diálogo; do contrário, quando nota-se dispersão do entrevistador ou alguma intercorrência, o “empréstimo” do depoimento pode ficar comprometido. Neste caso, características fundamentais do assunto em questão podem ser ignoradas devido a intervenções que, afinal, devem ser planejadas através de roteiro a ser seguido durante a execução do ato de entrevistar.

Verena Alberti relaciona as entrevistas à nossa capacidade de “praticar no limite máximo nosso poder de concentração em mais de uma coisa ao mesmo tempo: utilizamos olhos, os ouvidos, a fala, as mãos [...] e essencialmente a cabeça” (ALBERTI, 2013, p 207).

Procedimentos que podem parecer simples, entretanto constituem ferramentas indispensáveis para o controle de todo o processo em campo, junto ao depoente.

Em princípio é necessário avisar sobre a carta que cede os direitos, os objetivos da pesquisa, a interrupção assim que achar conveniente. Enfim, ações que pretendem uma condução correta:

Como a entrevista com história oral constitui uma conversa, deve-se respeitar também as ocasiões em que o próprio entrevistado pode estar solicitando ser interrompido. Isso ocorre quando, em seu relato, encontra dificuldades em precisar fatos, datas, nomes, etc. , hesitando antes de definir o que se quer dizer (ALBERTI, 2013, 211).

Cabe destacar dois pontos em especial, o primeiro refere-se à elaboração das perguntas e o segundo a pertinência ao tema e a atenção às respostas dadas. Ainda que o roteiro – que deve ser compartilhado com os colaboradores, facilite a interação entre as

partes, a dinâmica deve ser pautada em evitar “repetições, avanços e recuos e a falta de cronologia”. (ALBERTI, 2013, p 215). Lembrando que ao entrevistado é facultada liberdade em sua narrativa, todavia, cabe ao pesquisador pontuar, se assim julgar conveniente, a retomada ao roteiro que é mero suporte e não um elemento impositivo.

Os diálogos que nos ajudam a construir ou complementar determinada característica de processos que carecem de investigações, nos colocam diante de um possível problema, que nos remetem à possibilidade de repetições. Segundo Alberti, devemos ser cuidadosos nesse ponto, pois existem duas possibilidades quando o entrevistado repisa o que já foi dito. A primeira e mais evidente trata-se de reforçar uma premissa; a segunda, a complementação de algo que não foi suficientemente esclarecido em outra oportunidade. Para tanto, uma dica importante foi “não cabe ao entrevistador imprimir-lhes [nos entrevistados] sua própria lógica sem antes avaliar cuidadosamente os efeitos de sua intervenção.” (idem, p 217).

3.2 Seguindo o roteiro

Os moradores da Ilha Grande foram solícitos durante as abordagens, à explicação do projeto, ao tempo que durariam as entrevistas. Devido à rotina diária, transparece que o pesquisador está ocupando um tempo que não é seu por direito. Por essa razão, encerrar uma entrevista é tão importante quanto iniciá-la.

O relato cedido voluntariamente precisa ser entendido como um momento capaz de esclarecer o tema em questão. Como o presídio e a relação que manteve com os moradores direcionaram as entrevistas feitas, foi apresentado aos moradores as linhas gerais do roteiro para que soubessem do que tratariam as perguntas. Nesse sentido, alguns se sentiram mais aliviados com a possibilidade de se negarem a responder alguma questão específica.

O momento de encerrar uma entrevista engloba dois pontos principais. O primeiro é o tempo decorrido – com a possibilidade de cansar o entrevistado caso este seja excessivo e a exploração das questões abordadas no roteiro. Aos moradores das três vilas utilizei as perguntas que seguem abaixo:

- 1- O senhor (a) saberia me dizer qual a importância do presídio da Ilha Grande para a Vila ou para a Cidade?
- 2- Qual o contato que o senhor (a) teve com o presídio?

- 3- O senhor (a) ficava preocupado com aqui que falavam sobre o presídio?
- 4- Se sim, que medidas adotava para evitar a exposição ao que acontecia?
- 5- Se não, o que o senhor pensava quando ouvia os relatos de fugas?
- 6- Observe estas imagens e me diga o que elas significam para você.

Conforme os temas foram respondidos, as entrevistas foram sendo encerradas. Entretanto, alguns moradores, sobretudo os mais velhos, se estenderam bastante nas narrativas dos eventos na qual participaram. Nesses momentos é importante deixar o entrevistado expor tudo aquilo que pretende dizer. A entrevista também pode se pautar para seu encerramento de um critério subjetivo; cabendo o bom senso do entrevistador para utilizá-lo.

Trata-se da saturação:

Além de esgotar os pontos do roteiro e das demais questões julgadas relevantes, é possível verificar quando a visão que o entrevistado tem sobre o mundo e sobre sua experiência de vida começa a se repetir, a ponto da entrevista não trazer mais nada de substancial àquilo que já foi gravado. Esse seria o ponto em que aquele investimento começa a se saturar. (ALBERTI, 2013, p 226).

Após o encerramento da entrevista, é importante sugerir ao entrevistado a possibilidade de ouvir ao que foi gravado. Esta etapa não é obrigatória; trata-se apenas de uma recomendação importante da metodologia. Afinal, alguns entrevistados podem optar por esclarecer alguma parte ou até mesmo suprimi-la. Não é habitual de ocorrer tais fatos, mas em respeito aos entrevistados, é aconselhável admitir essas possibilidades.

3.3 Transcrição e Processamento

Entrevistar os sujeitos não é um objetivo em si mesmo. A menos, claro, que a ideia seja montar uma base de dados para futuras consultas, o que não foi a intenção deste trabalho. Nesse caso, não temos essa intenção. A finalidade da história oral é servir de complemento àquilo que estamos desenvolvendo, por isso, esta etapa metodológica intitula-se processamento (ALBERTI, 2013).

Como esta pesquisa não se baseou pelo princípio de publicidade (através de alguma base de dados), a transcrição precisou ser cuidadosa, com anotações sobre o material gravado e informações sobre os depoentes, como endereço e nome – ainda que tenha

sido garantido a eles que as colaborações, que passam a ter valor documental, não seriam liberadas para consulta a menos que os mesmos autorizassem.

Ao começar as transcrições das entrevistas, algo ficou nítido. O cuidado que devemos ter ao gravar; ruídos e intervenções precisam ser admitidos de acordo com o ambiente escolhido para efetuar as gravações. Entretanto, nem sempre é possível prever todas as intercorrências, pois fatores que fogem ao controle do pesquisador ocorrem a todo instante.

Um dos casos em que o ambiente interferiu nas gravações foi a entrevista realizada no dia 25 de julho de 2018, com o seu senhor Manoel (Figura 16), morador de Provetá. Apesar da boa vontade em ceder o depoimento, o único horário que o entrevistado teria disponível seria durante a pesca que realiza na própria baía da Ilha Grande. Aproveitando a oportunidade, a entrevista foi realizada na própria embarcação, em ambiente aberto, tendo interferência do vento, barulho do motor e do mar. Ainda assim, foi possível registrar com clareza o depoimento em questão.

O tempo dedicado a cada uma das fases de processamento varia conforme as dificuldades encontradas na escuta das gravações. Pode acontecer de uma entrevista ter sido gravada obedecendo-se a todos os cuidados recomendados, mas ter sua qualidade comprometida pela péssima dicção do entrevistado, o que dificulta seu processamento. Já se a gravação for ótima, e se for possível entender todas as palavras proferidas por entrevistado e entrevistadores, a passagem da forma oral para prova escrita será mais fácil e rápida. (ALBERTI, 2013, p 282).



Figura 16 – senhor Manoel, em entrevista realizada durante pesca
Arquivo Pessoal

Algumas passagens precisaram ser esclarecidas com acréscimos devido a falas inaudíveis ou até mesmo para evitar repetições de um mesmo assunto. Evitei ainda replicar as interjeições “hum”, “uhum”, “aham”, sob o risco de não agregar maiores informações à narrativa. Por fim, os detalhes das entrevistas, como localização e curiosidades foram inseridos como notas de rodapé para não sobrecarregar o texto.

Muito embora o tratamento e conclusões a partir das entrevistas serão apresentados no capítulo III, tornar-se-á importante qualificar os depoentes que foram entrevistados na vila do Abraão e as questões feitas a eles para esclarecer os aspectos ligados aos serviços públicos: saúde, coleta de lixo e transporte.

Tão logo, foram 14 entrevistas realizadas na vila do Abraão e deste total: 2 enfermeiros da Unidade Básica de Saúde foram ouvidos, 1 encarregado pela limpeza urbana, 3 catadores (garis), 1 encarregado pelo controle das barcas, 2 policiais e 5 moradores. Sendo que as questões foram orientadas a partir de um roteiro previamente elaborado que esclarecesse a dinâmica atual do lugar. Em Dois Rios foram realizadas 4 entrevistas. Todas com moradores da localidade; enquanto em Provetá o número foi o mesmo do Abraão: 14 no total. Sendo 8 moradores, 2 catadores, 2 pastores e 2 professores. Com exceção de 4 moradores, todos os demais entrevistados exercem funções na localidade.

Tabela 1 – Informações sobre os entrevistados em Abraão, Dois Rios e Provetá

	Abraão	Dois Rios	Provetá
Total de entrevistados	14	4	14
Residentes do local	14	4	10
Mulheres	6	2	6

Homens	8	<u>2</u>	8
Pescadores	8	2	8

Compilação dos dados quanto ao gênero e profissão dos moradores do Abraão, Dois Rios e Provetá

Tabela 2 – Lembranças sobre o presídio (fugas, presos, sequestros), contatos diversos

	Abraão	Dois Rios	Provetá
Total de entrevistados	14	4	14
Boas	6	0	5
Ruins	4	2	2
Indiferentes	4	<u>2</u>	7

Referências quanto às lembranças do Presídio da Ilha Grande

4 RELATOS DE ORALIDADE: RESULTADOS

Os cuidados decorrentes da transcrição das entrevistas se somam a um todo orgânico a que se propõe a metodologia em história oral. As falas que, porventura, apresentem incongruências podem ser esclarecidas caso o pesquisador tenha acesso aos entrevistados.

Nesse trabalho, os depoentes, em sua maioria, se mostraram solícitos quanto aos pedidos de esclarecimentos ou a questões mais pontuais como aumentar o tom da voz ou mesmo falar mais devagar. Por essa razão, as entrevistas puderam ser reproduzidas sem dificuldades adicionais.

Com o intuito de especificar as características de cada um dos locais pesquisados, separei os dados das entrevistas conforme os contatos realizados. Desta forma, Abraão, Provetá e Dois Rios possuem itens de análise específicos, mas que podem ser complementados por informações contidas nos depoimentos de moradores dos outros lugares. Sendo assim, as entrevistas subsidiarão as informações para ampliar o entendimento sobre o que está sendo abordado.

4.1 O uso dos jornais nas entrevistas: um estímulo à memória

Através da utilização de imagens de diversos jornais (presentes no formulário em anexo), as respostas foram diversificadas, a ponto de alguns moradores que residem nestes locais há décadas se mostrarem surpresos com algumas reportagens desta época. Outros se justificaram dizendo que o acesso à notícia era limitado na ilha e ainda houve quem demonstrasse surpresa: “não fazia ideia do perigo que rondava nossas casas”. Uma moradora, idosa, disse: “uma coisa é a gente ouvirmos (sic) falar, outra é ver o que acontecia¹²”.

A estratégia de uso de jornais enquanto recurso auxiliar das entrevistas se mostrou positivo, mas com falhas. Em princípio as pessoas se apoiaram no que dizia as manchetes para ratificar as menções feitas pela mídia do presídio da Ilha Grande. Apenas no decorrer do diálogo que os jornais ficavam em segundo plano, cedendo lugar às lembranças que os indivíduos possuíam da realidade do entorno do cárcere.

Assumindo o princípio de que a memória humana reage a estímulos diversos, selecionei uma série de matérias de jornais cujos títulos enfatizavam a situação do presídio da Ilha Grande. Em um primeiro momento, tomei o cuidado de separar os grupos por

¹² Depoimento obtido na vila de Provetá em 25 de jul. de 2018.

gênero. É importante observar que, segundo Juniele Rabêlo de Almeida, “as narrativas de história oral apontam trajetórias de vida dos sujeitos coletivos” (ALMEIDA, 2016), as narrativas são construídas de acordo com a perspectiva do gênero. Logo, mulheres e homens inclinam seus olhares em direções que, quase sempre, mostram realidades diferentes de um mesmo objeto

A primeira imagem utilizada data de julho de 1983. Na ocasião, 17 presos escaparam depois de cavar um túnel entre as celas. Além da mobilização por parte da Polícia Militar, Polícia Civil e cães farejadores, residentes da Ilha Grande se armaram para enfrentar as constantes fugas de uma maneira inusitada: se armar para recapturar os presos que estavam embrenhados na mata no intuito de, no surgimento de oportunidade, escapar da Ilha.

A revolta era de tal sorte que expedições se formaram em busca dos encarcerados. Por medida de segurança, mulheres e crianças foram retiradas das casas para evitar possíveis imprevistos.

O GLOBO Terça-feira, 5/7/83 GRANDE RIO • 13

MAIS 17 PRESIDIÁRIOS FOGEM E A ORDEM É ATIRAR PARA MATAR

Caçada humana transforma Ilha Grande em praça de guerra

1 Moradores revoltados formam expedições para procurar os criminosos

2 Mulheres e crianças são evacuadas para fora por medida de segurança

3 Cinco dos fugitivos são encurralados e se entregam sem resistir

A Ilha Grande amanheceu ontem transformada em praça de guerra por causa da fuga, domingo à noite, de 17 presos: além de toda uma companhia da Polícia Militar e de um forte contingente da Polícia Civil, estão empenhados na caçada quase todos os homens da ilha e, segundo confidenciou um guarda, “a menor resistência a ordem é atirar para matar”. Ao alto da tarde, porém, cinco presos haviam sido recapturados.

Comandados do alto por um helicóptero da Secretaria de Segurança, policiais e voluntários armados, a pé, a cavalo ou acompanhados de cães amestrados, embrenharam-se nas matas procurando cercar a ilha na busca aos fugitivos. Pelo mar, lanchas do Salvamar patrulhavam as 105 praias onde os presidiários poderiam aparecer e as estradas, de Paraty à Ilha, foram bloqueadas por patrulhas.

BEM PLANEJADA

A fuga foi muito bem planejada, segundo a Polícia, pois os presos tiveram muito tempo para prepara-

ção para a praia conhecida como City Fort, e foi lá, na localidade Fiores do Mar Virado, que se entardecer cinco deles foram encurralados e recapturados. Eles estavam armados com estopões e tinham alimentos para sobreviver por vários dias. Mas decidiram se entregar sem resistência, por causa do aparato da caçada.

O esquema de busca da PM foi coordenado pelo Major Manoel Gilrara, Comandante da companhia local. A fuga surpreendeu o presídio sem o diretor, o Delegado Orlando Correia, que estava no Rio desde sexta-feira. Orlando chegou ontem à noite. A prisão estava sob a responsabilidade do Vice-Diretor, guarda Elieutério Cruz, que também participou ontem da caçada aos fugitivos.

EXPEDIÇÕES DE MORADORES

Além do esquema policial montado às pressas para a recaptura dos fugitivos, na Praia do Abraão, ponto mais povoado da Ilha Grande, ontem foram organizadas verdadeiras expedições de casa em casa. São moradores antigos da Ilha, a maio-

lhas da Polícia, que se embrenham nas matas a pé ou a cavalo. O apoio logístico vem de um helicóptero da Secretaria de Segurança, com uma autonomia de voo de duas horas e meia e que se reabastece com um caminhão-tanque estacionado em Mangaratiba.

A Praia do Abraão, uma calma e pacata vila de pescadores, ontem viveu momentos de muita agitação, com boatos que fizeram com que crianças deixassem de ir à escola e muitos pescadores desistissem do mar, preferindo ficar entrincheirados em casa, armados e prontos para atirar. Os poucos turistas que lá se encontravam passando o fim-de-semana, foram embora por volta do meio-dia, alisando vagas em barcos de pesca.

BLOQUEIO

Além da caçada por várias trilhas, com mais de 30 rastreadores, e do patrulhamento com lanchas do Salvamar em torno da ilha, no continente foi montado um forte bloqueio, na expectativa de algum preso conseguir atravessar a baía da Ilha Grande.

Coordenador: Cães vão achá-los em uma semana

Os 17 fugitivos de antemão do Instituto Penal Cândido Mendes, da Ilha Grande, não pertencem a nenhuma organização de criminosos, informou ontem o Coordenador do Sistema Penitenciário, Dr. Paulo Laureano.

— A recaptura das 12 que ainda

de recaptura de todos os fugitivos é de 90 por cento, porque será muito difícil sair do mata.

OS FUGITIVOS

O Coordenador do Sistema Penitenciário formou a lista oficial

Secretário manda investigar se houve conivência

O Secretário de Justiça, Vivaldo Barbosa, disse ontem que acha “difícil admitir que os 17 fugitivos da Ilha Grande tenham burilado tão facilmente a vigilância interna, feita por guardas do Delepe, e a externa, pela 1ª Companhia Independente da Polícia Militar”.

— Não há justificativas para uma fuga de um número tão grande de detentos. Não temos ainda elementos para saber se as guardas internas e externas foram corrompidas para permitir a fuga, mas, com cautela, iremos descobrir. Já mandei fazer uma investigação rigorosa — afirmou.

MUDANÇA

Vivaldo Barbosa queixou-se das dificuldades de comunicação com o Instituto Penal Cândido Mendes, feita através de rádio do Despe e informou que mandou reforçar a vigilância, para que não ocorram outras fugas como esta.

Disse que não pode marcar uma data para a desativação do presídio da Ilha Grande, mas o número de detentos poderá ser reduzido.

Guarda de presídio examina o boca (já coberto) do túnel usado para a fuga



Figura 17 – imagem utilizada com os moradores

Fonte: Acervo *Jornal O Globo*

Ainda que o título da matéria recorra a um tom alarmista, a dúvida sobre o episódio, a partir do ponto de vista dos residentes, seria um elemento importante para elucidar

o fato se esses acontecimentos realmente movimentaram a população de modo a engendrar expedições em busca dos presos e, assim como diz a matéria, criou um “clima de terror, imposto pelos presos e que culminou com um confronto direto com uma família, em que um preso foi morto e um caseiro ferido” (O Globo, 05 de jul. de 1983).

Na ocasião, reuni um grupo de cinco senhoras na vila do Abraão e em Provetá¹³, em datas diferentes, para averiguar a narrativa das mesmas quanto aos eventos destacados nos jornais. A separação de grupos, respeitando o gênero e faixa etária, evita que haja constrangimento durante os depoimentos em que mulheres, em sua maioria senhoras, relatam suas impressões sobre o tema em questão.

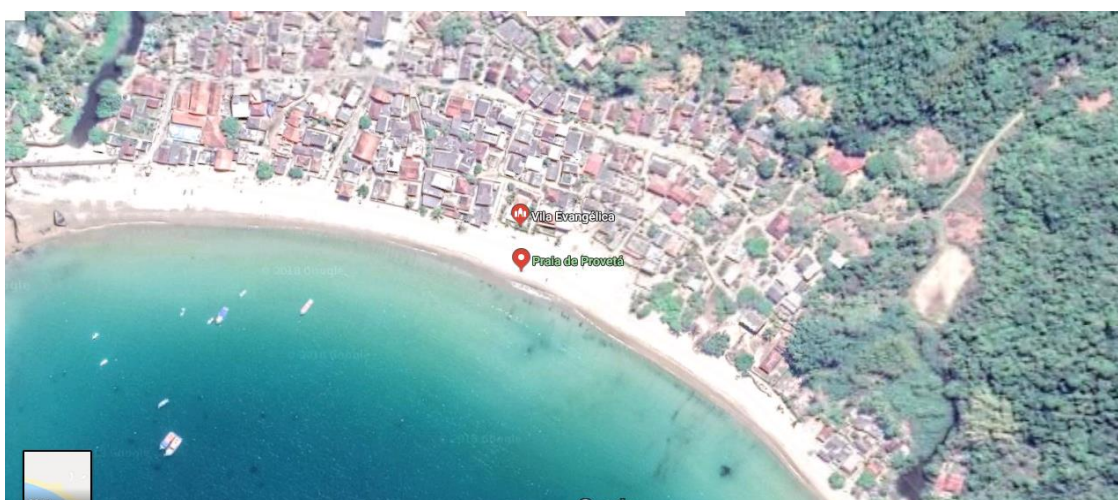


Figura 18 – Imagem aérea da vila de Provetá

Fonte: Google Earth

Uma moradora da Ilha Grande há mais de sessenta anos destacou que “os presos não faziam mal a ninguém. Quando fugiam, a gente só evitava sair de casa”. Esta moradora, residente do Abraão, é enfática ao dizer que o presídio lhe traz boas lembranças de “um tempo que não volta mais”. Em Provetá as falas se invertem principalmente quando as mulheres são ouvidas.

Por alguma razão, as mulheres em Provetá evitam tratar diretamente do presídio. Quando foram questionadas acerca desse período ficaram receosas em se tratar de alguém enviado para propor a reativação do presídio. Uma senhora, dona de casa, moradora de

¹³ As entrevistas ocorreram em 29 de jan. na vila do Abraão e em 27 de jul. em Provetá.

Provetá por trinta anos, disse que “o presídio não volta mais. Foi bom ter tirado ele daqui¹⁴”.

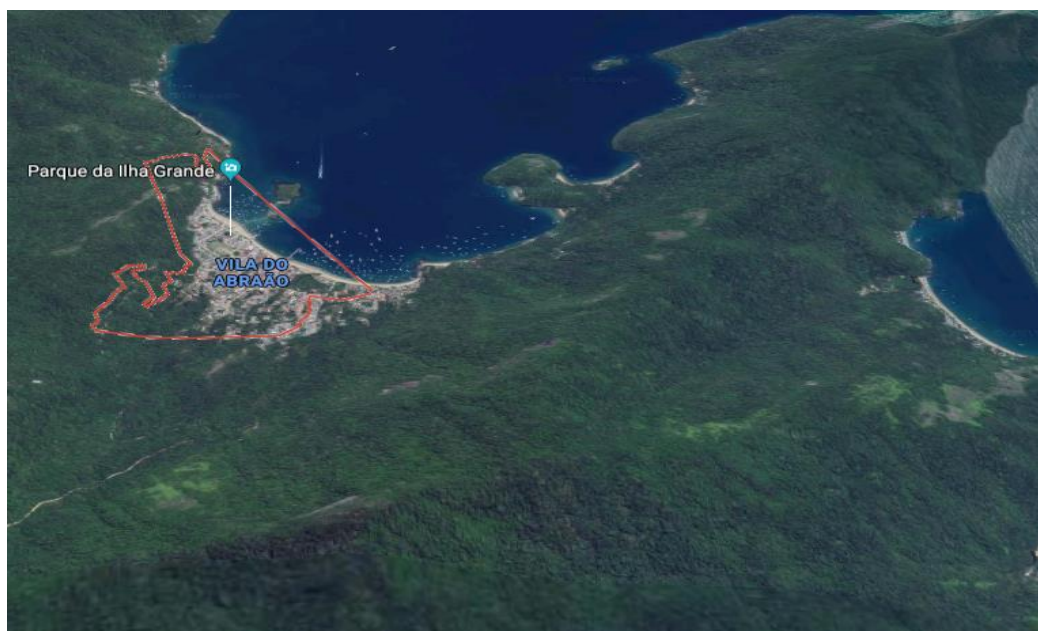


Figura 19 – Imagem aérea da vila do Abraão

Fonte: Google Earth

Em Dois Rios, apenas quatro pessoas se dispuseram a falar sobre o presídio. Para os moradores tudo que se precisa saber está no Museu do Cárcere. Um senhor, pescador da Ilha Grande, asseverou que:” as coisas que você está me perguntando estão lá no museu. Todos os pesquisadores vão lá saber a história do presídio¹⁵”.

É importante salientar que as imagens contendo os títulos das reportagens não objetivaram apontar um encadeamento de acontecimentos. Portanto, não priorizei que seguissem uma lógica cronológica. A ideia inicial sempre foi a busca da narrativa dos entrevistados e, neste sentido, não havia maiores problemas em apresentar os títulos e textos das matérias jornalísticas fora de um padrão temporal: a memória seria estimulada com a interação do grupo, com as falas, sensações e emoções que seriam ali despertadas.

Na segunda reportagem, esta ocorrida dois anos antes que a primeira, o destaque é dado ao morador da Ilha Grande diante das fugas ocorridas na região. Selecionei esta

¹⁴ A fala se refere ao presídio em Dois Rios. A referência da moradora é a Ilha Grande, local em que ambas as vilas se localizam.

¹⁵ Depoimento colhido em 27 de jan. de 2018.

matéria de janeiro de 1981, pois relata os distúrbios sociais¹⁶ causados pelas constantes fugas e o medo dos moradores em permanecer em uma ilha repleta de presos perigosos embrenhados na mata densa.

A relação dos moradores da Ilha Grande com o presídio passa por dois períodos bem definidos no decorrer da década de 1980. Embora houvesse uma relação amistosa entre os moradores do Abraão, dada a segurança proporcionada pelo destacamento militar que lá residia, os moradores, pescadores em sua maioria, agiam com bravura no enfrentamento de situações que, normalmente, exigiria o mínimo de cautela para não iniciados. Destemidos, capturavam os presos que fugiam das grades do cárcere. Todavia, sobretudo quando há o domínio definitivo das facções Falange e Comando Vermelho, uma grande quantidade de armas começa a adentrar no presídio. Isso faz com que a população passe a temer pela própria vida. E, não raro, há enfrentamento entre presos fugidos e moradores.



Figura 20 – Imagem utilizada com os moradores durante as entrevistas

Fonte: *Jornal O Globo*

Não há, pelo menos não obtidos por mim, dados oficiais quanto ao número de fugas do presídio da Ilha Grande. Pelas entrevistas feitas e dados obtidos, cada fonte fornece um número diferente. Em contato com o Instituto da Segurança Pública do Rio de

¹⁶ Crianças deixavam de ir à escola, mulheres evitavam sair, homens não saíam ao mar para não deixar a família à mercê dos presos e um grande contingente militar era formado na busca dos presos fugidos.

Janeiro, em relação ao quantitativo de presos que escaparam dos muros do presídio, recebi a seguinte informação:

Conforme preconizado no artigo 3º, do Decreto nº 36.872, de 17 de janeiro de 2005, as estatísticas de segurança divulgadas pelo ISP são provenientes de informações relativas aos registros de ocorrência lavrados nas diversas unidades de polícia administrativo-judiciária da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, sendo estas sobre as quais o ISP tem tutela, além de informações complementares de órgãos específicos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Diante do exposto, informamos que o ISP não possui as informações solicitadas. (ISP- e-mail recebido em 13 de jul. de 2017).

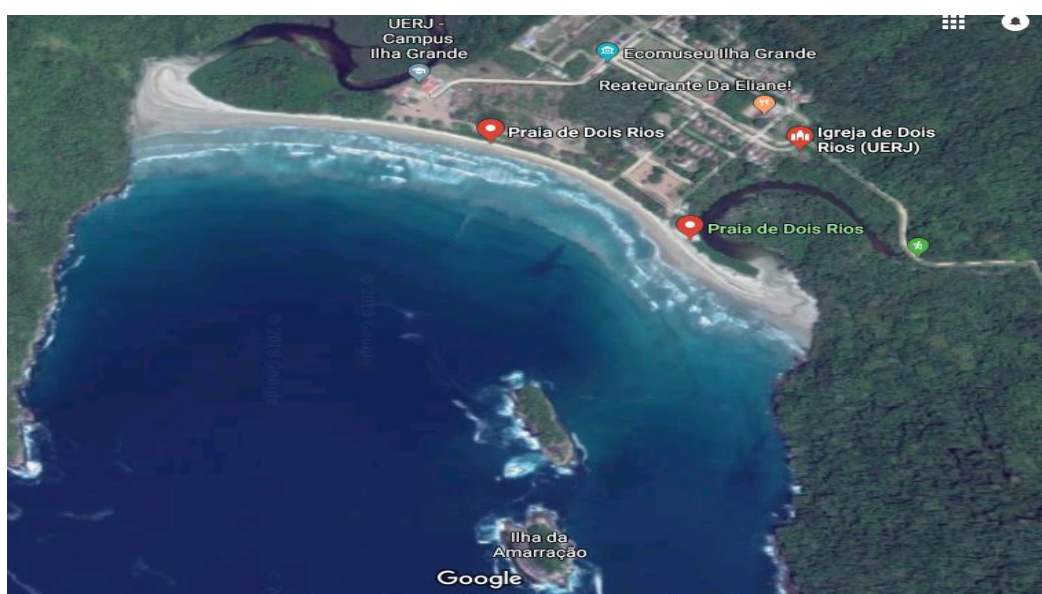


Figura 21 – Imagem aérea da vila de Dois Rios

Fonte: Google Earth

O fato é que as constantes fugas tornavam a Ilha Grande um local perigoso e insustentável a todos. O medo assolava mesmo aqueles que apenas frequentavam ocasionalmente a região e, mesmo que as estimativas sejam bastante imprecisas, havia, sobretudo na década de 1980, uma afeição assustadora daqueles que não apenas fugiam do presídio, mas sequestravam, matavam e ameaçavam aqueles que moravam nas rotas de fuga.

Em entrevista realizada em 25 de julho, um senhor morador de Provetá, explicou-me por quais razões os presos insistiam em evadir-se da Ilha Grande por esta localidade. Segundo ele: “na vila de Provetá é onde se concentra o maior número de barcos pesqueiros da Ilha Grande. São mais de 40 barcos atualmente! Se fossem pelo Abraão, tinha a

polícia, em Dois Rios, tubarão e sem acesso ao continente”. Até por uma questão lógica, a saída por mar através da vila de Provetá seria o menos arriscado.

As falas dimensionam a realidade enfrentada pelos três locais. Cada qual com riscos resultantes das fugas recorrentes do presídio. Ao tratar da questão, reportagem do jornal *O Globo*, datada no início da década de 1980, sintetiza o pânico que se instalou na Ilha Grande:

Até aqui, a população acostumada com a convivência do presídio, sempre funcionou como força policial paralela, prendendo corajosamente muitos bandidos perigosos, quando isso era possível. Ultimamente, entretanto, os moradores começam a recuar timidamente. Vários já foram assassinados, já que agora os presos fogem armados. (Jornal *O Globo*, 04 de jan. de 1981).

Em documento enviado ao ministro da justiça da época¹⁷, a Associação Amigos da Ilha Grande afirmou que se tratava de 180 fugas nos anos de 1980 e 1981. Ou seja, uma média de duas fugas por dia. O clima era de tamanho alarde que crianças deixavam de ir à escola, mulheres permaneciam trancafiadas em casa e homens evitavam pescar para permanecer em casa com suas famílias. O extremo beirou o caos. E a população resolveu se defender por conta própria para enfrentar os presidiários em fuga.

4.2 A vila do Abraão e os moradores saudosos do presídio

Para uma senhora da vila do Abraão, a época do presídio traz boas lembranças, pois: “todos que aqui chegavam eram revistados. Não havia drogas, tínhamos sossego¹⁸”. Interessante observar que esta fala se repete à exaustão nesta Ilha. Os moradores mais antigos da vila do Abraão enaltecem o período do presídio e o associam com a segurança da Ilha. Para eles, a retirada da Colônia Penal representou uma perda inestimável a todos.

A fala acima mencionada de que “todos eram revistados”, foi objeto de crítica por parte de diversos setores da sociedade civil na época em que era praticada. Tanto que,

¹⁷ O ministro da justiça era Ibraim Abi Ackel, que ocupou o cargo de 1980-1985 no governo de João Figueiredo.

¹⁸ Depoimento tomado em 2017.

no início da década de 1980, o secretário de segurança, general Waldyr Muniz, foi categórico em afirmar que todos deveriam ser revistados em todos os presídios¹⁹ para se assegurar que ilícitos não adentrariam ao espaço. No caso da Ilha Grande, esta prática se estendia para além da preocupação com o cárcere, pois foi uma prática cotidiana para todos que visitavam ou residiam no local.

Em entrevista realizada em 29 de janeiro de 2018²⁰, com um ex-agente penitenciário, o diálogo ocorreu elencando os aspectos referentes a fugas, capturas e a relação com o presídio. O diálogo segue abaixo:

Eduardo: Quando havia fugas, o senhor acha [fui interrompido].

Agente: Não tinha problema não, não tinha problema não...hoje tá pior, hoje tá pior, a quantidade de maconha está rolando geral ai!

Eduardo: você trabalhou no presídio como agente penitenciário, é isso?

Agente: Trabalhei 32 anos e meio lá

Eduardo: Então, imagino, que o senhor tenha muitas histórias interessantes. Qual destacaria?

Agente: A mentirosa fuga do Escadinha. Sobre a fuga dele de helicóptero. Ele fugiu de helicóptero sim, mas tiros disparados, não houve nenhum tiro disparado, ele não morava dentro da cadeia. Ele estava na condição de colono livre. Colono livre é o preso que apresenta bom comportamento e pode ficar fora da cadeia e se apresentar para o inspetor de três em três horas. E podia morar nas casas no entorno de Dois Rios. Deram essa condição para Escadinha e não poderiam ter dado, por que ele tinha muita cadeia pra puxar. Tinha [nesse contexto] o Gordo, que era parceiro do Escadinha e alugou um helicóptero no Rio e fez um voo panorâmico na Ilha e no segundo voo ele desceu e levou Escadinha, que levou junto a mulher a filha. Ele passou pelo inspetor e respondeu ao confere. O helicóptero veio e isso não durou nada. Tinha um cabo na aeronáutica que estava pescando e viu o helicóptero descer e avisou no presídio. Já tinha se passado horas desde a fuga e só depois foram saber que ele tinha fugido.

¹⁹ *Jornal O Globo*, 18 de dez de 1981.

²⁰ A entrevista ocorreu na Associação de Moradores do Abraão, durante o experiente. Para garantir que a entrevista ocorresse sem interrupções, o entrevistado solicitou que as demandas que a ele fossem destinadas, aguardasse o término da conversa.

Eduardo: E depois...

Agente: Havia um acordo para Brizola ser eleito e ele não permite a polícia de subir o morro para capturar Escadinha.

Eduardo: Segundo os relatos históricos os presos usavam muitas armas, principalmente armas brancas. Isso foi real?

Agente: Gerava muita morte. Em 1970 e meados de 1980, toda semana morria preso aqui, tinha briga direto. Era briga de facção, aqui é o berço do Comando Vermelho e a Falange Vermelha. Primeiro era a Falange Vermelha que vira o Comando Vermelho, aí tem uma briga com o Terceiro Comando. Em um dia, teve onze presos mortos.

Eduardo: E como vocês reagiam a isso?

Agente: A gente não reagia, saía de perto senão morria também. Era uma época em que os presos quando sabiam que viriam pra Ilha Grande ninguém queria vim pra cá. Aqui tinha umas camas com os estratos de ferro. Eles tiravam aquilo, amolavam e transformava em uma faca.

Eduardo: Quando esses presos fugiam, eles faziam o que exatamente?

Agente: Muito difícil invadirem as casas das pessoas. Houve casos de violência, mas num universo de tantas fugas, tinha poucos casos de violência, na realidade na época era muito mais seguro que agora, pois circulava muitos policiais. Bagunceiro não vinha pra cá e se fosse pego com drogas tinha que limpar rua, fazer faxina.

Eduardo: Então o senhor considera que houve uma piora?

Agente: Sim. Agora tem roubos nas trilhas, assassinatos não esclarecidos e tudo mais.

Eduardo: Se o senhor pudesse esquecer e apenas lembrar-se de alguns aspectos. O que esqueceria e o que se lembraria desses 32 anos de serviços prestados ao Estado?

Agente: Esqueceria do governo Brizola e traria o presídio de volta.

(Entrevista ocorrida na Regional do Abraão, local que concentra alguns serviços públicos, semelhante a uma subprefeitura).

Inúmeros moradores que foram ouvidos no Abraão fizeram menção ao policiamento que havia na vila na época do presídio. Na verdade, quando se referem a isto, os moradores falam do quantitativo de 300 homens do destacamento militar que fazia a segurança do presídio. Com a desativação deste, o número caiu para menos de meia dúzia

de policiais por plantão. Ou seja, uma queda expressiva que, aos olhos da população, representou um retrocesso em termos de segurança pública.

Em entrevista com o sargento do DPO (Departamento de Polícia Ostensiva) da Ilha Grande, localizado no Abraão, este afirmou que o quantitativo de policiais realmente é menor que o necessário, mas destacou ainda que os casos de roubo, homicídio e outros tipos de crimes são ínfimos se comparados aos números alarmantes da cidade de Angra dos Reis²¹.

A hipótese mais adequada da localidade do Abraão é que a mudança representada pela desativação do presídio gerou queixas dos moradores, sobretudo, pela quantidade de turistas que hoje escolhem o lugar como destino. Na época dourada, moldada em meados da década de 1980 com as revistas e limitação de turistas, faziam a vila apresentar características provincianas, em que todos se conheciam e viviam em função de seus afazeres diários e somado a quantidade de inspetores, policiais e agentes penitenciários, a vida ganhava ares de calma e segura.

Em uma longa entrevista com os moradores da Vila do Abraão, dois colaboradores que chamaram atenção. O primeiro, morador da ilha havia 40 anos, hoje com seus 76 anos e outro que fora agente penitenciário no presídio por longos 15 anos. O senhor, ao ser indagado através das imagens sobre a realidade enfrentada nos idos de 1982, foi enfático ao dizer: “os presos não faziam mal a ninguém. Apenas queriam fugir e sair da ilha²²”.

O ex-agente discordou, mesmo não entrando num embate direto; segundo ele, as fugas que aconteciam não chegavam aos ouvidos dos moradores. Para ele, o presídio faz muita falta, pois as pessoas tinham uma estrutura policial à disposição. Roubos, mortes e estupro jamais ocorriam quando o presídio estava instalado em Dois Rios. Ao abordar os policiais de plantão²³, fui informado que a quantidade de homens é mais que suficiente para atender a todas as chamadas de toda a Ilha Grande. Não obstante, afirmaram que a quantidade de apreensões de drogas aumentou consideravelmente nos últimos anos.

²¹ Segundo dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ), na cidade de Angra dos Reis, apenas em 2015, houve 92 assassinatos. A maior média para a Região Sul Fluminense.

²² Entrevistas ocorridas em 29 de jan. de 2018.

²³ Por uma questão de hierarquia, os policiais não quiseram se identificar e nem permitiram a gravação do diálogo. Me recomendaram enviar um ofício para os responsáveis pela corporação.

Importante pensar sobre uma afirmação feita pelo ex-agente. Para ele, o problema das mortes no presídio residia na divisão das facções que disputavam o poder no interior dos presídios do Rio de Janeiro. Numa rara confissão, afirmou que “quando os agentes ouviam um barulho nos andares de cima eram impedidos de chegar ao local”. Os recorrentes assassinatos tornaram o presídio da Ilha Grande em um local temeroso por aqueles que eram destinados ao “caldeirão do diabo”.

4.3 Provetá e a religiosidade: narrativas complementares

Na vila de Provetá a situação parece o inverso da do Abraão. Com uma população expressiva, os moradores sempre foram rotulados em Angra dos Reis como religiosos. Ao interagir com as pessoas do local, tal concepção fica clara, pois as famílias mantêm laços bastante estreitos com a igreja local. Em conversa com uma professora da Escola Municipal Pedro Soares (Figura 22), que funciona em três turnos com níveis de ensino diferentes, a docente se lembra das dificuldades encontradas para introduzir conteúdos que são entendidos como afronta à Igreja.

Numa rápida abordagem com alguns moradores em meados de dezembro de 2017, estes se mostraram bastante aliviados com a desativação do presídio. Uma moradora foi enfática ao afirmar que: “esse presídio não trazia nada de bom para nós. Aliás, trazia o medo e a angústia de ficar preso em nossas casas.” Outros moradores da época da Colônia Correcional curiosamente convergem em relação ao que representava o presídio na vida deles.

As entrevistas em Provetá se concentraram com moradores com mais de sessenta anos, todos nascidos na Ilha Grande. Com base na análise dos depoimentos, fica evidente que os moradores assumem uma peculiaridade que destoa do Abraão e Dois Rios. Eles se veem como “ajudadores de presos²⁴”.

Tal leitura não está equivocada; realmente havia enorme temor acerca das constantes fugas, sequestros e mortes causadas em grande parte por presos que ali estavam devido à gravidade de seus delitos. Evidentemente o pânico causado pelos presos em momentos de evasão acarretava problemas diversos não apenas para moradores, mas também

²⁴ Uso esse termo aludindo o que o senhor Ernani Brandão, em entrevista realizada 25 de julho de 2018, disse acerca da imagem de que os moradores ajudavam os presos que fugiam, alimentando-os e aproveitando a ocasião para evangelizá-los. Enquanto se dava o processo de evangelização, alguém ligava para a Companhia de Polícia para efetuar a recaptura.

para turistas, visitantes e toda sorte de indivíduos que, dada a comoção, apavoravam-se com as circunstâncias desses ousados – e frequentes – atos.



Figura 22– Escola Municipal (1º e 2º turnos) e Colégio Estadual (3º turno), Provetá.

Arquivo pessoal

As imagens dos jornais selecionadas mostram uma realidade que, aparentemente, faz parecer que o presídio instalado em Dois Rios seja concebido como um local sem condições de permanecer naquela localidade.

Um dos moradores mais antigos de Provetá, chamado Ernani Brandão, residente há 72 anos na vila, em 25 de julho de 2018, me recebeu em sua residência para narrar às inúmeras histórias pelas quais passou. O encontro foi bastante proveitoso; ele é conhecido por todos e referência quando se trata de acontecimentos que marcaram a vila de Provetá e a Ilha Grande como um todo.

Em seu relato, Ernani faz uma ressalva importante: destaca que na Ilha Grande a vila de Dois Rios é conhecida internamente como Colônia. Isso se deve ao nome da Colônia Correccional que lá funcionou. Relembra que para pescar em vários locais, os moradores passavam pelos presos que trabalhavam nas plantações e realizavam pequenos serviços nas casas dos responsáveis pela administração carcerária.

'Guerra' interna nos presídios

Cinco mortos na luta pela liderança dos detentos

A disputa entre grupos dentro dos presídios de São Paulo, promovida, de acordo com os especialistas em fenômenos de massa, pelo desejo de cinco presidiários, levou ao assassinato e estocagem de cinco outros no Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande, de São Paulo. Segundo os especialistas, a luta pela liderança dos detentos, que ocorreu no fim de outubro, resultou em cinco mortes e cinco feridos. Os mortos foram: Pedro Manoel Alves de Brito, 34 anos, e João Carlos de Brito, 32 anos, ambos presos por roubo; e três outros presos por roubo e furto. Os feridos foram: João Carlos de Brito, 32 anos, e João Carlos de Brito, 32 anos, ambos presos por roubo e furto; e um outro preso por roubo e furto.



A volta do corpo de um dos presos assassinados no fim de outubro.



Tiroteio e estocadas: um assassinado, sete feridos

Um tiroteio e sete feridos foram os resultados de uma luta pela liderança dos detentos no Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande, de São Paulo, no fim de outubro. Segundo os especialistas em fenômenos de massa, a luta ocorreu entre cinco grupos de detentos, que se disputaram a liderança dos presos. O resultado foi a morte de um detento e sete feridos. Os mortos foram: Pedro Manoel Alves de Brito, 34 anos, e João Carlos de Brito, 32 anos, ambos presos por roubo; e três outros presos por roubo e furto. Os feridos foram: João Carlos de Brito, 32 anos, e João Carlos de Brito, 32 anos, ambos presos por roubo e furto; e um outro preso por roubo e furto.

Autoridade flutuante

DISPUTAS de autoridade provocaram conflitos entre cinco grupos de detentos no Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande, de São Paulo, no fim de outubro. Segundo os especialistas em fenômenos de massa, a luta ocorreu entre cinco grupos de detentos, que se disputaram a liderança dos presos. O resultado foi a morte de um detento e sete feridos. Os mortos foram: Pedro Manoel Alves de Brito, 34 anos, e João Carlos de Brito, 32 anos, ambos presos por roubo; e três outros presos por roubo e furto. Os feridos foram: João Carlos de Brito, 32 anos, e João Carlos de Brito, 32 anos, ambos presos por roubo e furto; e um outro preso por roubo e furto.

No Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande, de São Paulo, no fim de outubro, ocorreu uma luta pela liderança dos detentos. O resultado foi a morte de um detento e sete feridos. Os mortos foram: Pedro Manoel Alves de Brito, 34 anos, e João Carlos de Brito, 32 anos, ambos presos por roubo; e três outros presos por roubo e furto. Os feridos foram: João Carlos de Brito, 32 anos, e João Carlos de Brito, 32 anos, ambos presos por roubo e furto; e um outro preso por roubo e furto.

Os mortos foram: Pedro Manoel Alves de Brito, 34 anos, e João Carlos de Brito, 32 anos, ambos presos por roubo; e três outros presos por roubo e furto. Os feridos foram: João Carlos de Brito, 32 anos, e João Carlos de Brito, 32 anos, ambos presos por roubo e furto; e um outro preso por roubo e furto.

Um crime de manhã e outro à tarde

No Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande, de São Paulo, no fim de outubro, ocorreu um crime de manhã e outro à tarde. O crime de manhã resultou na morte de um detento e sete feridos. O crime à tarde resultou na morte de um detento e sete feridos.



Os mortos foram: Pedro Manoel Alves de Brito, 34 anos, e João Carlos de Brito, 32 anos, ambos presos por roubo; e três outros presos por roubo e furto. Os feridos foram: João Carlos de Brito, 32 anos, e João Carlos de Brito, 32 anos, ambos presos por roubo e furto; e um outro preso por roubo e furto.

Ordem: transferir

Ordem: transferir os presos envolvidos no conflito para outros presídios. Segundo os especialistas em fenômenos de massa, a luta ocorreu entre cinco grupos de detentos, que se disputaram a liderança dos presos. O resultado foi a morte de um detento e sete feridos. Os mortos foram: Pedro Manoel Alves de Brito, 34 anos, e João Carlos de Brito, 32 anos, ambos presos por roubo; e três outros presos por roubo e furto. Os feridos foram: João Carlos de Brito, 32 anos, e João Carlos de Brito, 32 anos, ambos presos por roubo e furto; e um outro preso por roubo e furto.

Ilha Grande, a morte ronda o paraíso

No interior do presídio, os presos se agrupam em torno de um ponto de encontro.

Os presos se apresentam para sair de dentro e entrar nas celas.

VICTOR CORBOZHANASSI

Ilha Grande é a ilha mais paradisíaca do Brasil. Mas, para quem não sabe, ela é também um dos presídios mais antigos e mais famosos do país. A ilha, com seus 15 km de comprimento e 2 km de largura, é cercada por águas cristalinas e montanhas cobertas de vegetação. No entanto, o lado sombrio da ilha é o mundo dos detentos, onde a luta pela liderança dos presos é constante.

Os mortos foram: Pedro Manoel Alves de Brito, 34 anos, e João Carlos de Brito, 32 anos, ambos presos por roubo; e três outros presos por roubo e furto. Os feridos foram: João Carlos de Brito, 32 anos, e João Carlos de Brito, 32 anos, ambos presos por roubo e furto; e um outro preso por roubo e furto.

Figura 24 – Reportagem sobre a Ilha Grande

Fonte: *Jornal O Globo*

Para o senhor Ernani, a cordialidade entre presos e moradores durou pouco, pois em meados da década de 1980 as facções começaram a se apossar da estrutura carcerária do Rio de Janeiro e o presídio da Ilha Grande foi um desses redutos do crime organizado.

O próprio morador já foi vítima de uma emboscada arquitetada por um preso que escapou de Dois Rios. Em sua narrativa, conta que estava prestes a chegar a um local próximo a Dois Rios quando foi abordado por um sujeito que estava armado com uma faca improvisada. Enquanto caminhava em direção ao barco para evadir-se da Ilha Grande, o preso distraiu-se e nosso depoente pode escapar atirando-se ao mar nadando rapidamente. Para ele, caso não conseguisse essa façanha, iria desarmar o preso – mesmo sob o risco de ser ferido fatalmente.

O que se depreende das falas das mulheres mais velhas de Provetá é a orientação que recebiam da igreja local. Em caso de encontrar presos, não deveriam se desesperar e sim oferecer água e alguma comida. Para o senhor Ernani, essa foi a maneira mais racional de criar uma imagem dentro do presídio, afinal, ninguém costuma matar aqueles que oferecem algum conforto na estrada da fuga.

As mulheres de Provetá ao serem abordadas sempre indicam algum parente, na maior parte das vezes homem, para narrar os fatos acerca do presídio. Percebi que acreditam não ter nada de interessante para contribuir. Mesmo insistindo, se recusam a falar num primeiro momento; acredito que esta relação de submissão ao que representa a história pelo viés masculino foi refletida na fala de uma senhora: “nós sempre estamos em casa cozinhando e eles que tem história pra contar”.

Acostumadas a ouvir seus maridos, assimilam a ideia de que suas próprias experiências estejam em desacordo com uma narrativa fantástica criada sobre as fugas do presídio. Na verdade, notei um distanciamento dos moradores com a realidade do cárcere. A visão de que são evangélicos e ajudadores dos presos limita os fatos para além dessa concepção entranhada na memória coletiva das pessoas de Provetá.

4.4 Entre a distância e a história: Dois Rios

Na vila de Dois Rios, local do cárcere, uma análise mais minuciosa precisa ser feita, pois o trajeto de duas horas de caminhada por um terreno acidentado não é tarefa das mais fáceis. Ainda assim, um morador ilustre, detento do presídio, continua no local

e é tratado como celebridade por aqueles que visitam a localidade na busca por informações da época. Ao término do trajeto se revela uma paisagem magnífica, onde um rio de cada lado da praia nomeia este lugar belíssimo (Figura 25).

As ruínas do presídio continuam presentes; um convite para entendermos esta dinâmica que se estabeleceu por longos anos. Inclusive o CEADS da UERJ (Figura 26) está localizado em Dois Rios, sendo um importante reduto para técnicos, professores, pesquisadores e estudantes das diversas áreas do conhecimento.

Em Dois Rios, os moradores estão voltados para seus afazeres diários. Em duas oportunidades, ambas ocorridas em dezembro de 2018, foi percebido que a dinâmica dos homens é a de pescar e das mulheres cuidar das compras e da casa. Com frequência se deslocam em direção ao Abraão para irem até o continente ou mesmo adquirir bens de primeira necessidade. Por essa razão, o transporte da UERJ se faz bastante necessário para a locomoção dos moradores e pesquisadores do CEADs.



Figura 25 – praia ao fim do trajeto entre Abraão e Dois Rios

Fonte: Ilhagrande.org

4.5 A expectativa da desativação do presídio

Temos um momento bastante emblemático na relação dos moradores e frequentadores da Ilha Grande com o presídio. Trata-se da década de 1990, em que Leonel Brizola foi governador do estado do Rio de Janeiro (1991-1994). Período marcado pela demolição do presídio, mas também por intensa mobilização social pela não demolição. Na cidade

de Angra dos Reis, as manifestações foram frequentes devido ao medo, agora não mais pelos presos e sim pela ausência desses.

Em reportagem do *jornal O Dia*, destaca-se o título da matéria com letras em vermelho pujante em que diz: “Deserdados da Ilha Grande”, referência àqueles que seriam deixados na Ilha Grande após a retirada do presídio. Vale ressaltar que não se trata de algum preso desamparado na ilha, mas aos moradores que seriam abandonados pelo poder público quando não haveria mais a necessidade de manter considerável aparato estatal para garantir a segurança dos moradores.



Figura 26 – CEADs- Dois Rios

Fonte: William Kitzigder

Com a desativação da penitenciária Cândido Mendes, eles [os moradores] temem por sua segurança, até então garantida por 300 policiais da 2ª Companhia Independente da Polícia Militar – e pelo destino dos nativos, funcionários do Desipe e da PM, que moram em casas cedidas pelo Estado. Na última sexta-feira, os moradores se reuniram no salão paroquial da Igreja de São Sebastião, na Vila do Abraão e manifestaram sua preocupação com a possibilidade de **invasão** dos 193 quilômetros quadrados da ilha, cobertos quase que totalmente por Mata Atlântica. (*O Dia*, 23 de mar de 1994).

Utilizando ainda a fala de uma moradora, a reportagem explicita aquilo que, aparentemente, destoa da década de 1980, em que a apreensão subjugava a tentativa em manter o presídio em funcionamento e os moradores minimamente seguros: “O presídio sempre foi nossa segurança. Ele inibe a vinda de forasteiros para a Ilha”²⁵.

Parece-me consensual a abordagem da imprensa quanto à preocupação dos moradores da Ilha Grande, sobretudo do Abraão, Dois Rios e Provetá. Isto porque, tanto a mídia de grande circulação – aqui personificada pelos jornais *O Globo* e *O Dia*, quanto dos jornais locais, demonstraram em algumas ocasiões o dilema da desativação do presídio da Ilha Grande através de suas páginas; inclusive ressaltando os protestos ocorridos em Angra dos Reis, destacando a figura do então prefeito Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira (PT), sendo contrários à desativação²⁶.

No auge da guerra pela manutenção do presídio, capitaneada pela Prefeitura de Angra dos Reis, a celeuma chegou aos tribunais e o juiz João Batista Damasceno, da comarca da cidade, concedeu uma liminar que, às vésperas da implosão, atendeu ao pleito da prefeitura. Resumidamente, a investida da prefeitura ocorreu pelo fato de o estado não solicitar autorização dos órgãos municipais para a demolição. As reportagens desse episódio foram publicadas pelo *Jornal do Comércio* e também *O Globo*, ambos do início de abril de 1994.

Todas as tentativas de impedir a desativação do presídio, até mesmo com o protesto de 50 moradores da Vila de Dois Rios, não foram suficientes para demover a justiça. Já no dia 02 de abril de 1994, o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Antônio Carlos Amorim, suspendeu três liminares que impediam a demolição do presídio. Enfim o presídio foi abaixo. Todavia, população e prefeitura prometeram à época manter toda a mobilização pelo o que foi chamado de “ato arbitrário”²⁷.

²⁵ Jornal *O Dia*, 27 de mar de 1994, p.20.

²⁶ Algumas matérias podem ser consultadas, entre elas, “Sem o presídio ninguém mais se entende na Ilha Grande” (*O Globo*, 26 de abril de 1994), “Medo dos antigos é ter que ir embora”, (ibidem), “Para Castilho, implosão foi ilegal”, (*O Globo*, 08 de abril de 1994), “Estudo da UFRJ sobre impacto socioambiental da desativação do presídio sugere integração entre tradição e turismo ecológico”. (*Jornal do Brasil*, 04 de abril de 1994).

²⁷ *O Globo*, 08 de abril de 1994.

CONCLUSÃO

Ao longo desse estudo, inúmeras pessoas foram ouvidas, lugares visitados e entrevistas realizadas na tentativa de entender a Ilha Grande para além de suas belezas mais evidentes ou visuais. O mapeamento das três vilas contribuiu para percebermos em quais aspectos o presídio da Ilha Grande se fez presente através da memória dos moradores. Não obstante, assim como nos adverte Le Goff, “o historiador deve respeitar o tempo que, de diversas formas, é a condição da história e que deve fazer corresponder os seus quadros de explicação cronológica à duração do vivido” (LE GOFF, 1990, p 48). Logo, ainda que inúmeros recursos fossem utilizados para “reavivar” a memória dos depoentes, o período em que viveram e as lembranças marcadas no imaginário apontaram para determinadas direções que, em alguns casos, não coincidiam com a nossa expectativa: de que grande parte dos moradores temiam o presídio, ou melhor, aquilo que ele representava.

Conforme a pesquisa avançava, tornava-se nítido que a vila do Abraão mantém características bastante diversas de Dois Rios e Provetá. Primeiro por razões óbvias que se relacionam a uma dinâmica social atravessada por visitantes chegando de toda parte do mundo, além da estrutura oferecida pelo poder público: posto médico, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Ibama, Inea, entre outros órgãos que se fazem presentes no lugar. Todavia, estes aspectos não são suficientes para entendermos os moradores da vila do Abraão. Segundo Halbwachs, “não é de se admirar que os homens, quando pensam no tempo, fazendo abstração de acontecimentos individuais [...] imaginem um meio homogêneo, semelhante ao espaço geométrico” (1968, p. 101). O presídio forjou uma imagem e a partir dessa concepção de entendimento (positivo) as demais memórias foram sendo construídas considerando o aspecto preponderante – o de que o presídio representava segurança para a Ilha Grande.

Por outro lado, Provetá se destaca como um caso atípico de ambiente protegido pela liturgia da igreja evangélica. Por meio de grupos familiares numerosos e um enraizamento religioso que movimenta a estrutura social e econômica do lugar, semanalmente

a igreja recebe pessoas de todo o estado do Rio de Janeiro para celebrações que misturam momentos de cânticos e a compra e venda de itens para alimentação.

Em Angra dos Reis há um revezamento de visitas das igrejas que fazem parte da denominação evangélica. Desta maneira, os fiéis vão até Provetá com regularidade, pois é a sede de inúmeras congregações (igrejas menores com vínculo à matriz) localizadas em praticamente todos os bairros da cidade.

Nos encontros de domingo à noite, a praça, mercado e lanchonetes ficam lotados e a economia do lugar se aquece com a fome pós-culto. Não observei bares nas proximidades da Igreja e todas as pessoas abordadas se mostraram avessas à presença de clubes ou boates com a justificativa de entreter a juventude.

Existe em Provetá algo peculiar ao universo evangélico: aquilo que não pertence ao seu meio é considerado “do mundo”, numa referência ao que não está em conformidade com a Bíblia. Logo, aqueles que não pertencem às fileiras da Igreja são advertidos com frequência da iminente possibilidade de danação eterna.

Por essas razões que constituem a memória coletiva do lugar, a Igreja passou a definir a maneira como as pessoas se veem, sendo motivo de vergonha o simples fato de não congregar na única instituição religiosa da vila. A coisa é de tal sorte incomum que os moradores advertem os membros da igreja sobre a cautela ao se banhar – evitando roupas curtas para não serem confundidos com pessoas “do mundo”.

Durante feriados prolongados, sobretudo no carnaval, a Ilha Grande recebe milhares de turistas de todo canto do país. Nessa ocasião, os cristãos se isolam em locais longe da festa mundana. O chamado “retiro espiritual” faz desaparecer da pacata vila de Provetá a atmosfera religiosa, abrindo espaço para os foliões que encontram um mar calmo e uma comunidade deserta.

Em meio ao real e ideal, as entrevistas foram permeadas de cuidados para, ainda que discretamente, confrontar uma versão previamente combinada da história²⁸. No geral, os moradores tiveram contato com as fugas do presídio da Ilha Grande e ao que parece,

²⁸ Não quero transparecer que havia inclinação nos moradores em contar versões fantasiosas sobre o presídio. A questão era tentar ir além da narrativa previamente delimitada e compartilhada. A construção de uma verdade inescapável por estar ancorada nos valores da crença do sobrenatural não podia ser impedimento intransponível à pesquisa. Por essa razão, utilizei a fala de alguns moradores para contrariar a de outros quando percebia que os pontos centrais da narrativa estavam sendo ignorados para realçar os aspectos relacionados a fé.

ninguém ficava confortável quando a notícia de que presos rondavam as matas e se aproximavam de Provetá chegava até os moradores.

O projeto se encerrou apontando alguns caminhos possíveis, dentre os quais destaco: a) a vila do Abraão representa um espaço que interliga os inúmeros espaços da Ilha Grande. Rota obrigatória para grande parte da população que reside nas diferentes localidades, concentra a maioria dos serviços públicos da Ilha Grande. b) Os moradores antigos do Abraão possuem uma percepção de segurança baseada na restrição da entrada de pessoas na Ilha Grande e por motivos óbvios o presídio afugentava turistas, tão logo, era fácil manter o controle de quem lá estava.

Quanto às fugas, os presos evitavam o contato direto com o Abraão pelo risco de serem capturados pelos agentes que lá se concentravam. c) A vila de Provetá criou um autorretrato que relaciona os presos com o elemento religioso: suas ações são pautadas pela intercessão ao preso que fogia. d) A vila de Dois Rios encara o Museu do Cárcere como uma lembrança que precisa ser compartilhada com todos aqueles que buscam informações sobre o antigo presídio. Em partes isso dificulta a construção das narrativas, pois, para eles, todas as informações necessárias do passado estão ali.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. Sistema penitenciário no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, p. 78, n.9 mar. 1991.

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. Compêndio da legislação e estrutura do sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FAPERJ/PUBLIT, 2009.

_____ de. O Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro: ontem e hoje. Rio de Janeiro: FAPERJ/PUBLIT, 2009.

ALMEIDA, Juniele Almeida (org). História oral e movimento social: Narrativas públicas. São Paulo: Letra e voz, 2016.

ARAGÃO, Antônio Moniz Sodré de. As três escolas penais: Clássica, Antropológica e Crítica. 8.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1977.

BARRETO, Carlos Xavier Pais. O crime, o criminoso e a pena. 3.ed. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco filho, 1938.

BASTOS, Marcos; CALLADO, Cátia Henrique (org.) O ambiente da Ilha Grande. Rio de Janeiro: UERJ/CEADS, 2009.

BRITO, José Gabriel de Lemos. Os sistemas penitenciários do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. v.3.

CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Entrevista do programa em história oral. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>> Acesso em: 27 de mar. de 2017.

DANTAS, MATTOS & ABREU, Carolina Vianna, Hebe e Martha. O negro no Brasil: Trajetórias e lutas em dez aulas de história. Rio de Janeiro: Objetiva. 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. Ed. Ver. Ampl. Rio de Janeiro: UFRJ; Mine- Iphan, 2005.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Cadernos da PUC, Rio de Janeiro, 16. ed. 1979.

_____. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. 24^a. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. 2^a edição. Paris, França, 1969.

LE GOFF, Jaques. História e Memória. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

LINHARES, Maria Yedda (org). História Geral do Brasil. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MAIA, Clarissa Nunes. História das Prisões no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. v. 1 e 2.

MELOSSI, Dario e PAVARINI, Massimo. Cárcere e fábrica – as origens do sistema penitenciário (séculosXVI-XIX). Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe B. Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

PASUKANIS, E.B. A teoria geral do direito e o marxismo. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.

RUSCHE, George e KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos/ICC, 2004.

SALLA, Fernando. As prisões em São Paulo 1822-1940. São Paulo: Annablume, 1999.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Os porões da República. A barbárie nas prisões da Ilha Grande: 1894-1945. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

THOMPSON, Augusto F. G. A questão penitenciária. Petrópolis: Vozes, 1976.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre esclarecido

Eu, Eduardo Bento Inácio, portador da carteira de identidade n: 21443451-6, devidamente matriculado no Programa de Pós Graduação da Fundação Casa de Rui Barbosa, situada na Rua São Clemente, 134, Botafogo- RJ. Estou realizando uma pesquisa em história oral para o projeto ora intitulado “Abraão, Dois Rios e Provetá. A sensação de (in) segurança na Colônia Penal Cândido Mendes”.

Esta pesquisa pretende ouvir os moradores de algumas vilas/ilhas da Ilha Grande, **sob condição de anonimato**, Angra dos Reis, com o intuito de resgatar e preservar a memória sobre o presídio da localidade de Dois Rios, implodido em 1994, por ordens do então governador Leonel Brizola.

Utilizando imagens de diversos jornais, tentarei verificar como era a relação da comunidade da Ilha Grande com a administração do presídio: estrutura prisional, funcionários, presos e, com base nisso, perceber como a população reagia diante das diversas fugas ocorridas do presídio.

Gostaria de destacar que o trabalho com a memória não tem por objetivo assegurar que os entrevistados recontem minuciosamente suas impressões. O que pretendo é que o entrevistado, que espontaneamente cedeu sua versão sobre esta etapa da história, sintase confortável em narrar suas memórias sem a pressão da busca da verdade. Por isso, a metodologia adotada priorizou a separação das pessoas em grupos para que a interação estimule a memória e que as memórias acerca desses episódios possam ser compartilhadas, complementadas e, se for o caso, confrontadas.

O período cronológico dessa pesquisa se estende entre 1980 e 1994. Ou seja, ano de abertura do regime ditatorial brasileiro (1964-1985) e demolição do presídio da Ilha Grande. No entanto, não há necessidade de o entrevistado se limitar rigidamente a estas demarcações. A liberdade narrativa é um passo importante para conhecermos como cada participante pretende dar sua contribuição.

ANEXO B – QUESTÕES FEITAS AOS ENTREVISTADOS NA VILA DO ABRAÃO

SERVIÇOS PÚBLICOS: COLETA

- a) Como é feita a coleta de resíduos no Abraão?
- b) Qual a quantidade de trabalhadores disponibilizados para tal tarefa?
- c) Quais as dificuldades encontradas para o recolhimento do lixo?
- d) Como a prefeitura adequa a logística para o Abraão?
- e) Em caso de problemas no mar, quais as alternativas encontradas?
- f) Devido ao grande número de pousadas no Abraão, isso traz problemas em relação à coleta?

SERVIÇOS PÚBLICOS: CCR BARCAS

- a) Quais os horários disponibilizados para o traslado para o Abraão?
- b) Qual o principal público atendido pelas barcas?
- c) Por qual razão há poucos horários para o traslado Angra x Abraão?
- d) Quanto à segurança, já houve incidentes ocorridos durante a travessia?
- e) Existem procedimentos de segurança que orientem brasileiros e também estrangeiros no caso de algum incidente?

SERVIÇOS PÚBLICOS: PARQUE ESTADUAL DA ILHA GRANDE

- a) Como funciona o atendimento no espaço?
- b) Quais os públicos atendidos?
- c) Poderia apresentar o espaço e explicar as principais atividades oferecidas?
- d) Em que sentido esse espaço contribui para a preservação do meio ambiente?

SERVIÇOS PÚBLICOS: POLÍCIA MILITAR

- a) Quantos policiais há neste destacamento?
- b) Há diferença substancial entre o trabalho realizado aqui e em outros lugares?
- c) Como o comando da Polícia Militar lida com as demandas da Ilha Grande?
- d) Com relação ao Mapa da Violência, Angra dos Reis é uma das cidades mais violentas do Sul do estado. Esse reflexo alcança a Ilha Grande?
- e) O número de policiais lotados nesta unidade faz a patrulha de quais lugares exatamente?
- f) Poderia nos dizer como a segurança da Ilha Grande é afetada com a política de segurança adotada no estado?

SERVIÇOS PÚBLICOS: UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

- a) Como funciona a Unidade Básica de Saúde no Abraão?

- b) Quais os especialistas mais requisitados na UBS?
- c) O número de atendimentos feitos é feito de qual maneira?
- d) Quais os principais problemas enfrentados pela direção da UBS?
- e) Poderia nos dizer como a política de saúde interfere no atendimento às pessoas no Abraão?
- f) Como é feita a remoção das pessoas para o hospital em Angra dos Reis?